

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro aceita ser superministro de Bolsonaro e assume carreira política

Juiz declarou várias vezes que não deixaria a magistratura; ele 'me ajudou a crescer politicamente', afirma presidente eleito

Principal rosto e porta-voz da maior operação de combate à corrupção da história do país, o juiz federal Sergio Moro, 46, decidiu nesta quinta-feira (1º) desembarcar da Lava Jato e aderir ao governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Após conversa de cerca de duas horas no Rio, Moro aceitou o convite para chefiar o que está sendo chamado de superministério da Justiça. Isso o obrigará a abandonar a magistratura e os benefícios da carreira de juiz.

"A perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos, levaram-me a tomar esta decisão", escreveu Moro em nota divulgada ontem.

O Ministério da Justiça incluirá a Segurança Pública, a Polícia Federal e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), hoje na Fazenda. Estuda-se a inclusão de Transparência e Controladoria-Geral da União.

Moro, que afirmou várias vezes que não entraria na política, foi sondado durante a campanha eleitoral. "O trabalho dele [Moro] foi muito bem feito... me ajudou a crescer, politicamente falando", declarou o presidente eleito.

A decisão de Moro causou reação do PT, que a considerou uma confirmação de que o juiz foi parcial no julgamento de Lula e de outros petistas. "Se estão reclamando, é porque fiz a coisa certa", disse Bolsonaro.

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro deixa Lava Jato e a carreira de juiz para assumir superministério da Justiça

Titular da maior operação de combate à corrupção aceitou convite de Bolsonaro e promete forte ação contra corrupção e crime organizado

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Principal voz da maior operação de combate à corrupção da história brasileira, o juiz Sergio Moro decidiu nesta quinta (1º) desembarcar da Operação Lava Jato e aderir ao governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Após uma conversa com o presidente de cerca de duas horas no Rio de Janeiro, para onde viajou desde Curitiba pela manhã, Moro aceitou o convite para chefiar o que está sendo chamado de um superministério da Justiça.

Isso o obrigará a pedir exoneração de sua carreira na Justiça Federal do Paraná, o que ele afirmou ter feito “com certo pesar”. Anteriormente, ele repetiu mais de uma vez que jamais entraria para a política.

“A perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos, levaram-me a tomar esta decisão. Na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior”, disse Moro em nota divulgada pouco depois da reunião, na casa de Bolsonaro.

O Ministério da Justiça unificará a pasta da Segurança Pública — a quem a Polícia Federal está subordinada — e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), hoje ligado à Fazenda. Há também a possibilidade de somar a pasta

da Transparência e Controladoria Geral da União, mas, segundo Bolsonaro, essa alteração ainda “carece de estudo”.

A primeira sondagem a Moro para assumir o ministério foi feita ainda durante a campanha eleitoral, por meio do economista Paulo Guedes, futuro ministro da Economia.

Se Guedes será a referência indiscutível nos temas econômicos do novo governo, Moro centralizará as ações na outra grande bandeira de Bolsonaro: o combate ao crime.

Em entrevista após o anúncio, Bolsonaro reforçou que o juiz terá total autonomia para compor sua equipe. “Ele vai indicar todos que virão a compor o primeiro escalão. Inclusive o chefe da Polícia Federal”, afirmou.

O presidente eleito prometeu não fazer interferências no combate à corrupção. “Mesmo que viesse a mexer com alguém da minha família no futuro. Não importa. Eu disse a ele. É liberdade total pra trabalhar pelo Brasil.”

Em outro momento, Bolsonaro disse que a presença de Moro em seu governo mostra que não haverá tolerância com corrupção mesmo entre auxiliares próximos. “Vai pro pau, pô. Não tem essa história, não. Quem for porventura denunciado, vai responder”.

O presidente eleito disse que ambos tiveram uma conversa positiva e que eles concordaram em 100% dos assuntos.

Sorrindo, Bolsonaro afirmou que viu Moro como “um jovem universitário recebendo um diploma, com muita vontade de realmente levar adiante a sua agenda”.

De acordo com o presidente eleito, Moro disse a ele que Lava Jato não será esquecida com sua saída do caso. “Até porque bom juiz temos no país todo, em especial Curitiba. E agora ele não será combatente da corrupção apenas no âmbito da Lava Jato, no âmbito de todo o Brasil”, afirmou.

Mais tarde, em entrevista coletiva para alguns veículos, o presidente declarou que a atuação do juiz na Lava Jato foi importante para seu “crescimento político”.

“O trabalho dele [Moro] foi muito bem feito. Em função do combate à corrupção, da Operação Lava Jato, as questões do mensalão, entre outros, me ajudou a crescer politicamente falando”, disse. Para o presidente, o juiz é “um soldado, que está indo para a guerra sem medo de morrer”.

Moro foi quem assinou a ordem de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e decisões dele causaram polêmica, como a divulgação de uma conversa do petista com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a liberação de parte da delação de Antonio Palocci pouco antes da eleição.

CONTINUA

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

As decisões geraram acusação de parcialidade por parte do PT. A mulher de Moro, Rosângela, comemorou abertamente a vitória de Bolsonaro no último domingo (28).

O presidente ironizou a crítica dos petistas: “Se eles estão reclamando, é porque fiz uma coisa certa”, disse.

O presidente também deixou aberta a porta para Moro ser indicado ao STF assim que abrir uma vaga — a primeira deve ser com a aposentadoria de Celso de Mello, em 2020.

“Não ficou combinado, mas o coração meu, lá na frente... ele tendo um bom sucessor, isso está aberto para ele”, disse. Talita Fernandes, Estelita Hass Carazzai, Sérgio Rangel e Thais Bilenky

“

A perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos, levaram-me a tomar esta decisão. Na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior

Sérgio Moro

Folha e outros veículos são excluídos de entrevista coletiva

Na primeira entrevista coletiva de Jair Bolsonaro como presidente eleito, foram selecionados os veículos que poderiam participar. A Folha ficou de fora da lista autorizada.

Bolsonaro recebeu a imprensa na tarde desta quinta-feira (1º) em sua casa, no Rio.

Foram autorizados a entrar representantes de nove veículos: TV Globo, Globo News, Band, Jovem Pan, Reuters, SBT, Record TV, Rede TV!, G1 e UOL —este último, empresa do Grupo Folha, entrou com dois representantes.

A Folha, junto de O Estado de S. Paulo, O Globo, Valor Econômico, CBN e EBC não pôde entrar.

Na portaria, uma policial federal identificada apenas como Patrícia chamou os nomes que estavam numa lista previamente organizada. Questionada, ela não soube dizer por que a Folha não constava na lista. “Autorização é de dentro para fora”, limitou-se a dizer.

Ela afirmou que tentaria incluir o nome dos veículos que haviam sido barrados e, ao final, alegou limitação de espaço. Uma foto mostrada à reportagem revela a existência de espaço livre no local.

Durante a entrevista, Bolsonaro voltou a tratar da imprensa: “A imprensa está muito diversificada, eu cheguei aqui graças às mídias sociais. Quem vai fazer a seleção de qual imprensa vai sobreviver ou não é a própria população. A imprensa que não entrega a verdade vai ficar para trás.”

Ele negou que tenha determinado a restrição. “Eu tenho a maior consideração por vocês, eu não mandei restringir ninguém, não”, afirmou.

REINALDO AZEVEDO

Ministro Moro é Judiciário com partido

Os protagonistas da Lava Jato estavam e estão empenhados em um projeto político

“Consummatum est”! Sergio Moro fulminou a classe política e sai como um dos dois grandes beneficiários da razia que promoveu. Já é o primeiro na fila de sucessão — quando Jair Bolsonaro quiser, bem entendido.

Não é “fake news”. O futuro superministro da Justiça e agora ex-juiz encontrou-se com Paulo Guedes durante a campanha e recebeu o convite para chefiar um troço que faz o antigo SNI, mesmo em seus dias de esplendor, parecer brincadeira de criança. A conversa desta quinta com o presidente eleito foi uma formalidade. Alguém poderia objetar: “Não compare ditadura com democracia”. Claro que não! Se, no entanto, num regime democrático, as leis são submetidas por togados a uma leitura de exceção, depois referendada por colegiados, cumpre que se questione qual é a diferença entre uma ditadura genuína e uma democracia degradada. Certamente as há. Mas nem um regime nem outro conduzem os países a um bom lugar.

Leitores desta coluna e do meu blog e os que me acompanham no rádio e na TV sabem que não tardou para que eu percebesse e apontasse que a Lava Jato era muito pouco reverente à Constituição e ao Código de Processo Penal. E isso para começo de conversa. Liberal, alinhado com o que entendo ser a direita democrática — ainda que seja esta, hoje, uma das vastas solidões do Brasil —, crítico severo das esquerdas e particularmente do petismo, passei a sofrer primeiro as restrições e depois o assédio moral daqueles que me viam como uma peça de propaganda de seus delírios autoritários.

Fazer o quê? Minhas convicções liberais me impõem o necessário formalismo no trato das questões de direito. Nego-me a transferir para demiurgos ou entes a arbitragem sobre a minha liberdade e a de meus adversários intelectuais. Meu herói nada secreto é o intelectual francês Raymond Aron. Submeteu o marxismo universitário a uma das mais impiedosas desconstruções de que se tem notícia e foi um duro oponente das esquerdas. Mesmo no tempo das ilusões armadas, Aron debatia com livros, retórica esclarecida e fatos. Não com pistolas, algemas e correntes.

Ocorre que o combate à corrupção — quem há de ser contra, exceção feita a seus beneficiários? — logo degenerou em ataque aos próprios fundamentos do estado de direito. Infelizmente, o enredo macabro se desenvolveu sob a vigilância rebaixada da imprensa. Passou a vigorar um certo “Padrão Witzel” de combate a criminosos do colarinho branco, reais ou supostos. Se é para pegar bandidos, procuradores e juizes podem atuar como “snipers”, recebendo, por princípio, o que Bolsonaro chama “excludente de ilicitude”. E os que se atreviam a apontar as ilegalidades eram logo tachados de lenientes com a corrupção. E a destruição se deu. Hoje, como resta evidente, a própria liberdade de imprensa virou matéria barata. A tentação da guilhotina sempre supõe que só a cabeça dos maus está em perigo. Errado. Desrespeitar a ordem legal para pegar criminosos é, desde sempre, uma advertência aos não criminosos.

O “Moro político”, que falou com Guedes antes da eleição sobre a possibilidade de integrar o governo, também é o “Moro juiz”, que resolveu liberar trechos da delação de Antonio Palocci. E o fez uma semana antes do primeiro turno. Atribuir a isso a vitória de Bolsonaro é bobagem — esta se deve a muitos outros fatores, incluindo as escolhas do PT, mas não cuido disso agora. O fato é um emblema do que não pode fazer um juiz. O que sempre me pareceu claro, embora fosse constatação quase solitária, revela-se agora de maneira escancarada: protagonistas da Lava Jato estavam e estão empenhados também em um projeto político. Sim, a maquinaria toda tem de funcionar, e as dificuldades são muitas. De toda sorte, o representante máximo do Partido da Polícia, já candidato à sucessão de Bolsonaro, terá nas mãos a ficha dos Três Poderes da República. E ele sabe como exercer o direito criativo.

Não há debates nos cemitérios. Mas os há nas universidades e escolas. Um lugar é, literalmente, a terra dos mortos. O outro é a vereda em que transitam os vivos. O Supremo deu uma resposta maiúscula àqueles que pretenderam usar a Lei Eleitoral, a 9.504, para rasgar os artigos 5º e 220 da Constituição, que garantem a liberdade de expressão, e o 207, que assegura a autonomia universitária. Ainda há juizes em Brasília. Tomara que resistam ao assédio daqueles que nos prometem um pouco mais de eficiência em troca de um pouco menos de liberdade.

Por uma Justiça Sem Partido!

Professor de filosofia da USP, autor de 'O Circuito dos Afetos: Corpos Políticos, Desamparo e o Fim do Indivíduo'

Claro como o Sol

Já estamos a léguas fora do que seria até mesmo uma democracia liberal

Há uma diferença estrutural entre cinismo e hipocrisia.

A hipocrisia é uma operação de mascaramento de intenções. Ela é a utilização de proposições socialmente compreendidas como corretas para mascarar interesses inconfessáveis. Nesse sentido, ela precisa impedir que as reais intenções sejam enunciadas. Há uma contradição que deve ser escondida e continuamente negada.

Nesses casos, quando você expõe as reais intenções do enunciador, a hipocrisia é desvelada e as proposições entram em colapso. Foi assim que a democracia liberal funcionou até hoje.

Já o cinismo é uma operação de desvelamento das reais intenções na qual a contradição, mesmo sendo exposta, não produz nenhum efeito. Expor as contradições de nada adianta, pois as palavras estão lá para serem ignoradas. Nesses casos, todo regime autoritário tem traços cínicos.

Imagine, por exemplo, um recém-eleito à Presidência da República que diga algo como: "Sou totalmente a favor da liberdade de imprensa, mas há a questão da propaganda oficial do governo, que é outra coisa". Ou seja, ele afirma claramente que se serviria das verbas oficiais para pressionar setores da imprensa a publicar o que convém e deixaria de publicar o que o incomoda.

Pode-se dizer que isso sempre foi feito, mas algo muda radicalmente quando uma prática desempenhada em silêncio é claramente exposta. Fazer às claras significa que o poder não

poderá mais ser questionado em seus interesses e privilégios.

O mesmo acontece quando um juiz mobiliza o país inteiro para a prisão do candidato mais popular de uma eleição, vaza informações de forma deliberada para influenciar resultados da campanha e, ao final, recebe do candidato vencedor — aquele que, por coincidência, foi o mais beneficiado por suas intervenções — um cargo de destaque em seu governo.

Ao final, ele poderá dizer que estará lá para dar continuidade a sua incansável luta contra a corrupção, sendo que a pior de todas as corrupções já foi feita por ele mesmo.

A corrupção que consiste em usar a Justiça para beneficiar explicitamente candidatos que a subjetividade do juiz entende como "não corruptos", mesmo que notícias mostrem o contrário.

Um processo de benefício pessoal tão corriqueiro, mas agora feito de uma forma tão explícita, apenas blinda o poder para, mais uma vez, não ser questionado em seus usos interessadas do poder da Justiça.

Mas podemos ainda pensar em outro caso de cinismo nacional. Imaginem um país lai-

co cujo novo presidente, assim que eleito, grita versículos da Bíblia e coloca o país diante de um macabro ritual de orações, em um desrespeito explícito às cidadãs e aos cidadãos que não comungam com sua fé e que nunca aceitariam ser submetidos por um poder que transforma suas liturgias em tentativa de justificação teológica de sua existência.

Como se fosse o caso de vender a ideia "estou aqui porque Deus quis". E qual o nome daqueles que se opõem aos desígnios de Deus para o povo brasileiro? Opositores ou infelizes a serem abatidos na próxima cruzada?

Boa parte dos governos ocidentais, a despeito de sua laicidade, servem-se do horizonte teológico para fundamentar o poder — eis algo que não impressiona ninguém.

Mas, à parte em um Estado teocrático (como o Brasil parece querer entrar), essa mobilização nunca é feita de forma explícita, com versículos repetidos na boca dos ocupantes do poder e orações em cadeia nacional.

Tudo isso demonstra como já estamos diante de um poder que acredita ser capaz de ignorar toda resistência contra sua soberania, que se vende como uma máquina que concentra uma força sem limites cujo verdadeiro objetivo é sua própria perpetuação.

Nós já estamos a léguas fora do que seria até mesmo uma democracia liberal, o que dizer de uma democracia efetiva de soberania popular.

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSSIAN

Glória passageira

02 NOV 2018

BRASÍLIA Sergio Moro assinou um contrato político. Ao entrar no primeiro escalão do próximo governo, o juiz da Lava Jato se torna sócio inquestionável de um projeto de poder.

Embora não fosse um jogador inscrito no torneio, o futuro ministro da Justiça reconfigurou o tabuleiro da eleição. Ao longo dos últimos anos, autorizou operações contra caciques políticos, condenou dirigentes partidários e mandou prender o candidato que liderava as pesquisas antes de ir para a cadeia.

É difícil ignorar a influência de Moro sobre o resultado das urnas. O presidente eleito reconhece. “Em função do combate à corrupção, da Operação Lava Jato, as questões do mensalão, entre outros, me ajudou a crescer politicamente falando”, disse Jair Bolsonaro, horas depois de confirmar a nomeação do juiz.

Quando aceita um cargo com superpoderes no novo governo, Moro se beneficia diretamente de suas ações. O juiz passa a ser um personagem da arena política e eleitoral que ele mesmo trabalhou para moldar.

Moro tenta pegar um atalho para evitar a repetição do que ocorreu com a Operação Mãos Limpas. Estudiosos do caso italiano dizem que a corrupção sobreviveu porque políticos eleitos na esteira das investigações minaram os mecanismos de combate ao crime. No centro do poder, o juiz quer blindar a Lava Jato.

O preço da migração é alto. Moro agora se confunde com o projeto Bolsonaro e passa a viver na engrenagem central do mecanismo da política. Por um lado, passa a ser citado como nome forte para a sucessão presidencial em 2022 ou 2026. Por outro, estará sujeito a pressões (como todo ministro) e será julgado na história pelos sucessos ou fracassos do governo que vai integrar.

Na mesma entrevista em que disse que jamais entraria na política, em 2016, Moro argumentou que o apoio da opinião pública foi fundamental para a Lava Jato. E emendou: “Mas tudo é passageiro, não é? Tem um velho ditado em latim que diz ‘sic transit gloria mundi’. Basicamente, ‘a glória mundana é passageira’”.

Atuação em ministério pode ser período de espera para o STF

Moro sabia que permaneceria na primeira instância, em Curitiba, por algum tempo, quando a Lava Jato está sendo decidida — e torpedeada — em Brasília. Ele provavelmente não chegaria ao TRF-4 tão cedo

ANÁLISE

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO Há um duplo simbolismo na escolha do juiz Sergio Moro para comandar um superministério da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PSL).

Para o eleito, pode ser uma eficiente jogada de marketing. No imaginário popular, Moro é o juiz-herói, que conseguiu levar o ex-presidente Lula à prisão. A indicação confirmaria a promessa eleitoral de combater a corrupção.

Para Moro, trocar a autonomia da toga por uma pasta ministerial, sujeito a demissão 'ad nutum', ou seja, revogável por uma das partes, pode ser a aposta em um projeto maior. É preciso tentar entender a cabeça do juiz, que vai além da prisão de Lula, de políticos influentes de outros partidos e do encarceramento de empresários até então intocáveis.

Desde a criação das varas especializadas em lavagem de dinheiro, seu foco foi o combate ao crime financeiro e ao crime organizado, tendo como modelo a Operação Mãos Limpas, na Itália.

Ao assumir o comando dos órgãos de investigações no Brasil, Moro tentaria evitar que o sucesso da Lava Jato venha a repetir o desfecho frustrante da experiência italiana.

Moro já viu que o Supremo pode esvaziar ainda mais a Lava Jato. Considerado um juiz corajoso e idealista, pode tentar, ao assumir o superministério, reduzir esse desgaste.

Nesta quinta-feira, o juiz afirmou que "o país precisa de uma agenda anticorrupção e uma agenda antcrime organizado". É um aceno para algo maior.

Em 2004, ao comparar as duas operações, Moro escreveu sobre a experiência italiana: "Uma ação judicial bastante eficaz, como foi o caso, pode no máximo interromper o ciclo ascendente da corrupção". "Não é crível que, por si só, possa eliminá-la, especialmente se não forem atacadas as suas causas estruturais".

No mesmo texto, há outra afirmação do juiz capaz de alimentar o discurso do capitão presidente: "Talvez a lição mais importante de todo o episódio [Mãos Limpas] seja a de que a ação judicial contra a corrupção só se mostra eficaz com o apoio da democracia".

Moro deverá ser bem recebido pela Polícia Federal, a julgar por manifestações da Associação Nacional de Delegados da Polícia Federal.

O juiz poderá trazer de volta ao primeiro plano figuras essenciais nas investigações do Banestado, do mensalão e da Lava Jato, e que, aparentemente, perderam espaço e entusiasmo na sucessão Rodrigo Janot/Raquel Dodge na Procuradoria-geral da República.

Participaram das investigações do Banestado cinco procuradores depois reunidos na Lava Jato: Carlos Fernando dos Santos Lima, Januário Paludo, Orlando Martelo, Deltan Dallagnol e Vladimir Aras.

O caso Banestado, megalavagem de dinheiro nos anos 90 julgada por Moro, foi o laboratório para a Lava Jato, percursora das práticas empregadas no caso Petrobras, como os acordos penais de cunho reparatório.

Moro tem grande parcela de responsabilidade no avanço da Lava Jato — e suas decisões em geral foram confirmadas no TRF-4, no STJ e no STF. Mas o sucesso da Lava Jato, entendem alguns colegas, dependeu mais do trabalho da força-tarefa do que da caneta do juiz. O modelo foi reproduzido no Rio de Janeiro, projetando o juiz federal Marcelo Brettas.

Entre o Banestado e a Lava Jato, a ação penal do mensalão pavimentou o caminho para grandes operações conjuntas de Ministério Público Federal, PF e Judiciário, ao mostrar que um processo com muitos réus pode ter começo, meio e fim.

No plano profissional, Moro sabe que permaneceria na primeira instância, em Curitiba, por algum tempo, quando a Lava Jato está sendo decidida — e torpedeada — em Brasília. Ele provavelmente não chegaria ao TRF-4 nem tão cedo, pois os atuais desembargadores são novos, e não há previsão de vaga imediata.

CONTINUA

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O período de “espera” no Ministério da Justiça, até chegar ao Supremo nomeado por Bolsonaro, serviria de experiência para enfrentar os lobbies políticos, quebrar resistências do Judiciário e reforçar seu cacife. Uma cadeira no STF é algo muito disputado por ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Faria percurso semelhante ao do ministro do STF Alexandre Moraes, ex-ministro da Justiça. Nessa seara, Moro não é neófito. Adquiriu experiência no STF, quando atuou como juiz auxiliar da ministra Rosa Weber, no julgamento do mensalão.

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA

Pecha de juiz político ronda Moro há anos e agora se intensifica

ANÁLISE

Eloísa Machado de Almeida

Professora e coordenadora do Supremo em Pauta da FGV Direito SP

A indicação de Sergio Moro como ministro da Justiça no governo do presidente Jair Bolsonaro suscita uma relevante questão constitucional: há limites para a participação de juízes em governos?

A Constituição estabelece um amplo sistema de garantias ao exercício da função jurisdicional. Ao Judiciário, como um todo, é garantida a autonomia administrativa e financeira. Aos juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores, por sua vez, são garantidas a inamovibilidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade de subsídios.

Essas garantias existem para preservar o Judiciário e os juízes de sofrerem ingerência indevida em sua atuação.

Mas, sozinhas, não são capazes de atingir seu objetivo. É por isso que a Constituição traz vedações aos juízes: eles

não podem exercer atividade político-partidária; não podem receber custas em processos nem auxílios ou contribuições; precisam aguardar quarentena de três anos para advogar no mesmo juízo ou tribunal e, por fim, não podem “exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério”.

Analisadas conjuntamente, as garantias buscam preservar a independência, ao passo que as vedações exigem imparcialidade.

É por este motivo que quando um juiz decide assumir um cargo político deve se exonerar, ou seja, sair definitivamente do Judiciário. Essa questão já foi analisada pelo STF no julgamento da ADPF 388, que tratava da indicação de membros do Ministério Público ao governo. Mesmo tratando de carreira distinta, os ministros consideraram também ser o caso de juízes.

Quem melhor explicou as perniciosas relações na indicação de promotores e juízes a cargos políticos foi [Luís Roberto] Barroso, ao alertar que

poderia se criar “um incentivo para agirem politicamente, para agirem com considerações políticas na sua função de proteção do interesse público, inclusive, eventualmente, para conquistar a simpatia do chefe do Executivo e obter determinado cargo público”.

O pior, prossegue o ministro, seria supor que promotores possam estar “tendo qualquer tipo de atuação, inclusive e sobretudo em matéria criminal, que possa estar conectada a qualquer tipo de interesse político”.

A simples exoneração, assim, parece não colocar ponto final da questão. O problema é mais amplo, já que a atuação quer de promotores ou juízes pode ter sido influenciada pela possibilidade de integrar um governo. Está em questão se os atos judiciais praticados pelo Sergio Moro juiz serviram, de alguma forma, para agradar a um determinado projeto político e tornar Sergio Moro ministro.

Advogados de réus foram os primeiros a alegar suspeição dele, por agir indevidamente em desfavor de alguma parte. Afinal, Moro, enquanto juiz, atuou para a prisão do rival político de Jair Bolsonaro, que pretendia lhe fazer ministro. A pecha de juiz político ronda Moro há anos e agora se intensifica.

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

LUÍZ WEBER

Eleito escolhe general da Lava Jato para missão de atacar crime organizado

ANÁLISE

Luiz Weber

BRASÍLIA De qualquer perspectiva que se olhe — com ou sem VAR — foi um salto triplo carpado com rodopio executado à perfeição. Ao escolher o juiz Sérgio Moro para pasta da Justiça plus size, o presidente Jair Bolsonaro chamou para seu governo um quatro estrelas do esquadrão da Força Simbólica. Ele mesmo um presidente-ideia, o antipetista, o capitão reformado atraiu para Brasília uma outra mensagem de igual força: Moro é representação síntese do combate à corrupção no Brasil.

Podê parecer que Bolsonaro caiu na armadilha de uma negociação soma zero: perde com a entrada do juiz. O problema estaria no status do novo ministro, que seria indemissível pelo prestígio conquistado. Brasília é uma Asgard burocrática. A caneta presidencial é o martelo de Thor. Nem Moro está imune.

No governo, Moro terá que

enfrentar, além de mirar os malfeitos da política, as rebeliões de presídios, os crimes financeiros, o tráfico de drogas na fronteira e a parada de armas nos morros. Se a economia patinar e tudo se resumir a giros de carrossel desses dois mitos, com tweets e operações reprisadas, a opinião pública se cansa e pula o brinquedo.

Chamado de soldado pelo presidente eleito, ele, agora integrante de um governo que abusa de metáforas bélicas, sabe que o teatro de operações do combate à corrupção será na capital.

Moro colocou na cadeia o ex-presidente Lula, o ex-todo-poderoso da Fazenda Antonio Palocci é o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. Não quis ser o ex-juiz da Vara Curitiba.

A batalha da Lava Jato não se trava mais em Curitiba. Aí as operações escassearam, os holofotes se apagaram, as narrativas criminais agora envolvem personagens menores, incapazes de alimentar o farfalhar das

redes sociais.

Estudioso da Mani Pulite, da qual a Lava Jato é cópia carbono, Moro sabe que na Itália operação foi minada pelo backlash das elites legislativa e judiciária — e quando a cobertura da mídia perdeu intensidade.

No milenar livro “A Arte da Guerra”, há uma virtude exigida de bons comandantes: dominar a arte de manipular os deslocamentos dos inimigos.

A Lava Jato entrou em sua fase de recursos. Logo, processos-chave sairão da órbita de Curitiba e do TRF 4. Tudo ocorrerá em outro plano simbólico e material — em Brasília, no Congresso, no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal. Moro se antecipa. Sempre foi um soldado com uma missão: combater a corrupção.

Com essa transferência, questões essenciais surgirão. A execução da pena após segunda instância será mantida? As delações serão garantidas? O entendimento atual sobre o alcance da lavagem de dinheiro permanecerá íntegro? Apesar da sintonia atual das decisões de Curitiba com a opinião pública, o STF deverá debatê-las, ajustá-las, se assim entender. No campo do Direito, não há inimigos. Nem um super Moro pode pensar assim.

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

MARIO CESAR CARVALHO

Juiz forçou limites da lei para revelar esquema de corrupção

Sergio Moro buscou meios de comunicação

Mario Cesar Carvalho

para obter apoio à Lava Jato

SÃO PAULO Sergio Moro é um juiz que acredita em causas e não hesita em forçar os limites da lei para atingir os seus objetivos. O método é polêmico, mas foi com esse tipo de pensamento que Moro conseguiu revelar o maior esquema de corrupção na história brasileira, nos quatro anos da Lava Jato. Ao mesmo tempo produziu uma bomba de hidrogênio que arrasou o sistema político brasileiro e ajudou a eleger Jair Bolsonaro para a Presidência.

Para a causa não ser sabotada por políticos, uma tradição das apurações contra poderosos, Moro foi buscar na Operação Mãos Limpas, realizada na Itália, o ingrediente que neutralizou as tentativas de enterrar as investigações: o uso da mídia para obter apoio da opinião pública. Sem esse apoio, Moro não teria se tornado o símbolo da luta anticorrupção para a população.

Sem esse método, a Lava Jato não teria chegado a figuras do porte do ex-presidente Lula e do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. Críticos da operação alegam que não vale a pena cometer o que chamam de violação da lei para prender corruptos.

Moro forçou os limites da lei quando a Lava Jato tinha dois meses, em maio

de 2014, e o ministro do Supremo Teori Zavascki mandou soltar todos os presos por considerar que não havia motivos para prisão preventiva do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Em vez de cumprir a ordem, como faria qualquer outro juiz, Moro enviou um alerta ao ministro dizendo que entre os presos havia um traficante de drogas. Teori voltou atrás, manteve as prisões, Costa não aguentou a prisão e decidiu fazer um acordo de delação que mudaria a história.

Costa, um engenheiro de carreira que chegou à diretoria da Petrobras em 2003 por indicação do PP, partido que fazia parte da base de apoio do presidente Lula, revelou que havia um esquema político nas diretorias da estatal. Todos os diretores recebiam propina e repassavam uma parte para seu padrinho político. O relato de Costa seria confirmado por dezenas de outras delações.

Se Moro não tivesse desrespeitado a ordem de Teori de soltar os presos, provavelmente a Lava Jato teria morrido com dois meses de idade.

Turbinado por essa decisão de Teori, Moro forçou ainda mais os limites da lei: decretou prisões preventivas com justificativas e prazos mais elásticos do que a lei previa, adotou a figura da condução coercitiva,

que depois seria reprovada pelo STF, e passou a atuar cada vez mais com um olho no processo e outro na opinião pública.

Foi assim que o juiz virou o super-herói contra a corrupção. Acabou praticando o que a própria corte considerou ilegalidades. A mais grave de todas as violações, talvez, tenha sido a divulgação de conversas gravadas entre o ex-presidente Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff, quando esta pretendia nomeá-lo ministro-chefe da Casa Civil, em 2016.

A nomeação tinha a intenção clara de tirar de Moro o processo de Lula. Como ministro de Dilma, Lula passaria a ser julgado pelo Supremo.

Moro respondeu na mesma moeda, com o que foi classificado com um ato político, algo vetado a qualquer juiz: divulgou as conversas do ex-presidente com Dilma com o objetivo nunca declarado de minar o plano de Lula. Como Dilma era presidente, um juiz de primeira instância não teria autoridade para gravá-la e muito menos divulgar o conteúdo das conversas.

Moro passou por cima desse veto, conseguiu o seu objetivo de evitar que Lula virasse ministro, mas levou o maior puxão de orelhas de Teori na Lava Jato. Para contornar a lei, o juiz disse que a conversa tinha "interesse público".

CONTINUA

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Teori não aceitou a alegação e mandou anular as provas: “Não há como conceber a divulgação pública das conversações do modo como se operou, especialmente daquelas que sequer têm relação com o objeto da investigação criminal”. Moro pediu desculpas ao STF, mas em entrevista ao programa “Roda Viva”, em março deste ano, declarou: “Nunca entendi que errei. Aqueles áudios não diziam respeito à vida privada, existam questões ali que eram de interesse público”.

Moro virou alvo de petistas e da esquerda, que classificaram o julgamento e a prisão de Lula como atos políticos.

Ao divulgar a delação do ex-ministro Antonio Palocci nas vésperas da eleição vencida por Bolsonaro, Moro rebateu as acusações. Em despacho do dia 1º de outubro, o juiz disse que as acusações de perseguição política haviam sido refutadas por instâncias superiores da Justiça: “Ninguém está sendo processado ou julgado por opiniões políticas. Há sérias acusações por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro”.

Ao aceitar ser ministro do principal adversário de Lula, Moro já viu a escalada dessas acusações. Aos amigos ele tem dito que não se preocupa com isso, já que acredita ter uma missão maior: o combate à corrupção, algo que ele entende muito, e ao crime organizado, assunto do qual ele é fanático leitor, sobretudo de livros sobre a máfia italiana.

No PR, Juiz atuou em caso Banestado, embrião da Lava Jato

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Paranaense de Maringá e filho de um professor de geografia da UEM (Universidade Estadual de Maringá), Moro trabalhou no início da carreira em escritórios de direito tributário. Em 1996, aos 24 anos, tornou-se juiz federal, especializando-se em casos de lavagem de dinheiro.

Em 2003, começou seu primeiro grande caso, a investigação sobre a remessa ilegal ao exterior de cerca de US\$ 30 bilhões via Banestado, banco estatal do Paraná. Nele, aprofundou conhecimentos sobre lavagem e colaboração com outros países, principalmente os EUA, onde estudou.

O caso Banestado é considerado um embrião da Lava Jato. O esquema foi o responsável por colocar o magistrado na cola do doleiro Alberto Youssef pela primeira vez. Youssef fez acordo de delação na época, mas acabou preso em março de 2014, no estopim da operação hoje em curso.

Dentro de seu interesse pela Operação Mãos Limpas, na Itália, um dos temas que ele mais estudou, Moro publicou em 2004 o artigo “Considerações sobre a Operação Mani Pulite” [Mãos Limpas].

A obra passou a ser visto como uma espécie de guia do que ele implementaria na investigação brasileira. As duas apurações são caracterizadas, por exemplo, pelo estímulo a delações premiadas e pela celeridade nos julgamentos.

No ano passado, em entrevista à Folha, afirmou que falta interesse da classe política brasileira em combater a corrupção. “Vejo uma ausência de um discurso mais vigoroso por parte das autoridades políticas brasileiras em relação ao problema da corrupção. Fica a impressão de que essa é uma tarefa única e exclusiva de policiais, procuradores e juizes.”

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

As polêmicas de Moro na Lava Jato

Divulgação de áudios

Em meio à crise que ameaçava o mandato de Dilma Rousseff, em 2016, o juiz tornou públicos áudios de conversas entre a presidente e Lula. A iniciativa agravou a situação política de Dilma, que acabou afastada dois meses depois



Confraternização com Aécio

Em evento da revista IstoÉ, em 2016, o juiz foi fotografado rindo e cochichando com o senador tucano Aécio Neves, opositor do PT e investigado no Supremo



Acusação de foragido

Em 2017, a Folha revelou que o advogado Rodrigo Tacla Duran, foragido da Lava Jato que vive na Espanha, afirmava que o advogado Carlos Zucolotto Junior, amigo e padrinho de casamento de Moro, negociou paralelamente um acordo de delação dele com a força-tarefa da Lava Jato

Auxílio-moradia

Em fevereiro, a Folha revela que o juiz recebe mensalmente R\$ 4.378 de auxílio-moradia, apesar de ter imóvel próprio em Curitiba desde 2003

Prende e solta

Em julho, três meses após a prisão de Lula, um juiz plantonista da segunda instância manda soltá-lo em um domingo. De férias, Moro intervém e atua para que a liberação não ocorra

Delação de Palocci

Restando menos de uma semana para o primeiro turno da eleição presidencial, Moro decide liberar trechos da delação do ex-ministro Antonio Palocci com acusações contra o PT. O partido diz que o juiz tentou, com a medida, influenciar o pleito

Linha do tempo da operação no Paraná

17.mar.2014

Primeira fase da Operação Lava Jato, com foco em doleiros, é deflagrada no Paraná, com cerca de 20 prisões ordenadas por Sergio Moro. O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa é detido dias depois

14.nov.2014

Após as primeiras delações, a fase Juízo Final atinge grandes empreiteiras do país acusadas de formar cartel na Petrobras

19.jun.2015

A Lava Jato prende Marcelo Odebrecht, herdeiro da Odebrecht, e executivos da Andrade Gutierrez. Ao longo de 2015, detém ainda políticos, como José Dirceu, e provoca investigações de congressistas no Supremo

4.mar.2016

O aprofundamento das investigações atinge o ex-presidente Lula, que é alvo de mandado de condução coercitiva. Lula viraria réu na operação em setembro daquele ano, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP)

12.mai.2016

O Senado aprova o afastamento da então presidente Dilma. Embora a Lava Jato não fizesse parte do pedido de impeachment, os escândalos de corrupção foram citados dezenas de vezes por congressistas para tirá-la do cargo

19.out.2016

Cassado por quebra de decoro, Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, é preso por ordem de Moro

17.nov.2016

A Lava Jato, em ação coordenada entre Paraná e Rio, prende o ex-governador Sérgio Cabral. A fase marca a expansão da operação para outros estados

12.jul.2017

Lula é condenado por Moro a 9,5 anos de prisão, pena aumentada na segunda instância no início de 2018 para 12 anos e um mês

7.abr.2018

Lula é preso em decorrência da condenação. Ele registra candidatura a presidente em agosto, mas é barrado pela Lei da Ficha Limpa

1º.nov.2018

Moro aceita ser ministro do presidente eleito Jair Bolsonaro.

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

PT critica decisão de juiz, e advogado fala em 'interdição política' de Lula

Lideranças do partido afirmaram que ida para o governo evidenciou parcialidade do magistrado

SÃO PAULO Petistas criticaram nesta quinta-feira (1º) a decisão do juiz Sergio Moro de aceitar o convite para assumir o Ministério da Justiça na gestão de Jair Bolsonaro (PSL).

Tanto a direção do Partido dos Trabalhadores quanto lideranças da sigla reiteraram que o magistrado atuou de forma parcial durante a Operação Lava Jato. Membros pediram a libertação do ex-presidente Lula (PT), condenado pelo juiz em julho de 2017.

O advogado Cristiano Zanin Martins, que defende o petista nos processos da Lava Jato em Curitiba, disse que a confirmação de Moro como ministro é prova de que Lula foi preso "com o claro objetivo de interdita-lo politicamente".

"Moro sempre foi um juiz parcial, sempre agiu com intenções políticas, e isso fica evidenciado aos olhos do Brasil e do mundo, quando ele assume um cargo no governo que ajudou a eleger com suas decisões contra Lula", disse a sigla, por meio de nota.

O texto afirma ainda que o magistrado alimentou uma campanha de difamação contra o PT, "em cumplicidade com a maior parte da mídia".

Fernando Haddad, que perdeu a eleição para Bolsonaro no segundo turno, afirmou apenas que "o significado da indicação de Sergio Moro para ministro da Justiça só será compreendido pela mídia e fóruns internacionais".

"Se o conceito de democracia já escapa à nossa elite, muito mais o conceito de República", disse o ex-prefeito

A presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), escreveu em uma rede social que o juiz "ajudou a eleger [Bolsonaro], vai ajudar a governar".

"Moro será ministro de Bolsonaro depois de ser decisivo pra sua eleição, ao impedir Lula de concorrer. Denunciamos sua politização quando grampeou a presidenta da República e vazou para a imprensa; quando vazou a delação de [Antonio] Palocci antes das eleições", disse ela.

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) também se manifestou. Em sua conta no Twitter, escreveu inicialmente: "O juiz está nu". A mensagem foi apagada e substituída por uma sequência de quatro postagens sobre o histórico de Moro.

"Agora, o juiz Moro anuncia que largará a magistratura para ser ministro do governo que viabilizou a eleição com suas decisões. O rei está nu", escreveu Dilma na rede social.

Ex-ministro da Justiça no governo dela, José Eduardo Cardozo disse à Folha estar "estupefato, espantado" com a ida do juiz para o governo. "Nunca vi nada parecido na história da magistratura."

Um agravante, na avaliação do ex-ministro, é que conversas sobre a eventual participação do juiz no governo te-

nam começado ainda durante a campanha, como revelou o vice de Bolsonaro, general Hamilton Mourão (PRTB).

"É alarmante que o diálogo com um juiz que tomou as decisões que tomou tenha se iniciado antes mesmo da decisão do povo brasileiro", afirmou.

Líder do PT na Câmara, o deputado federal Paulo Pimenta (RS) também repudiou a sondagem durante a disputa eleitoral. Ele afirmou que Mourão "revelou detalhes desta relação sórdida entre o verdugo do principal candidato [Lula] e o eleito [Bolsonaro]". Para Pimenta, "Moro atuou na campanha como cabo eleitoral".

Ministro das Relações Exteriores no governo Lula e uma das principais vozes pela libertação do ex-presidente, Celso Amorim chamou a decisão de espantosa. "Apenas confirma todas as suspeitas de que o juiz Sergio Moro tenha partido e outros objetivos", afirmou.

O deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) pediu que os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) anulem a condenação de Lula e concedam a liberdade ao petista.

"As razões da prisão sem provas foram escancaradas", disse, sobre o magistrado ter aceitado o convite para o posto.

CONTINUA

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O senador Lindbergh Farias (RJ) classificou o episódio como um escândalo e repetiu que o gesto mostra que Moro nunca agiu de forma imparcial.

“Poucas coisas podem ser mais descaradas do que isto. Sempre alertamos que Moro atuava como militante, e não como magistrado”, disse.

O advogado Vitor Marques, atual coordenador do setorial jurídico do PT, afirmou não ter se surpreendido. “Sergio Moro aceita ser ministro e resolve deixar de se travestir de juiz.”

A defesa de Lula, na nota divulgada pelo advogado após a decisão, afirmou que “tomará as medidas cabíveis no plano nacional e internacional” para reforçar o direito do ex-presidente a um julgamento justo, imparcial e independente.

“Lula foi processado, condenado e encarcerado sem que tenha cometido crime, com o claro objetivo de interditar-lo politicamente”, afirmou Zanin.

“É o lawfare na sua essência, uma vez que Lula sofre uma intensa perseguição política por meio do abuso e do mau uso das leis e dos procedimentos jurídicos”, seguiu.

Em todos os processos, o advogado solicitou que Moro fosse considerado suspeito, por ter participado de eventos ao lado de políticos opositores de Lula e divulgado áudios de escutas do petista com Dilma.

Os pedidos para o juiz ser afastado do caso sempre foram negados. Catia Seabra, Gêssica Brandino, Joelmir Tavares, José Marques

“

Moro na Justiça. Homem sério. Preferia vê-lo no STF, talvez uma etapa. [...] Torço pelo melhor, temo que não, sem negativismos nem adesismos. A corrupção arruína a política e o país. Se Moro a combater ajudará o país

Fernando Henrique Cardoso
ex-presidente (PSDB)

É um divisor de águas. Ele [Moro] vem atuando com Estado-juiz. Deixando a magistratura, vem a ser Estado-Executivo. Temos que separar as coisas. Não dá para confundir o período anterior com o atual. É a opção dele. Vamos respeitar o colega

Marco Aurélio Mello
ministro do STF

Competência profissional e dignidade pessoal não lhe faltam para exercer as maiores funções em nossa República

Marcelo Bretas
juiz da Lava Jato no RJ

Moro sempre foi um juiz federal exemplar e que muito contribuiu para o fortalecimento da Justiça Federal

Fernando Mendes
presidente da Ajufe
(Associação dos Juizes Federais do Brasil)

Achei o máximo. Tô tão feliz! A gente tá precisando de mudança

Janaina Paschoal
deputada eleita (PSL)

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Guerra fria em gestação

O “sim” de Sergio Moro a Jair Bolsonaro (PSL) bateu quadrado no Congresso. Integrantes de diversos partidos, da esquerda à direita, passando pelo centrão, dizem que a escolha do presidente eleito para o Ministério da Justiça foi vista como uma tentativa de empareidar o Legislativo, como se o agora ex-juiz fosse uma espada na cabeça de parlamentares. Deputados e senadores lembram, porém, que fora do Judiciário Moro ficará exposto, suscetível a CPIs e convocações.

PARA A TORCIDA Politicamente, é unânime, Bolsonaro marcou mais pontos com seu eleitorado e fortaleceu o discurso de que seu governo será intolerante com a corrupção ao levar Moro para a Esplanada.

REFÉM DAS ESCOLHAS Durante toda esta quinta (1º), após a resposta de Moro, políticos repisaram um ditado dos bastidores do poder: “Nunca nomeie alguém que não possa demitir”. Agora, Bolsonaro tem dois superministros que, se decidirem deixá-lo, farão estrago: Moro, claro, e Paulo Guedes, o guru da economia.

ESTAVA ESCRITO Como mostrou o PAINEL nesta quinta (1º), a recepção no Supremo do aceno de Bolsonaro a Moro foi hostil. O clima piorou com a resposta do símbolo da Lava Jato. Um integrante da corte diz que, a despeito das declarações protocolares, estão todos “chocados com o modo como conduziram as coisas”.

ATÉ O FIM Diante das especulações de que os dois ministros que devem deixar a corte ao longo do próximo governo poderiam antecipar a aposentadoria, um membro do STF deu a seguinte resposta: “Esquece, ninguém vai fazer nada”.

PRESENTE DE GREGO O convite de Bolsonaro a Moro, com a perspectiva de posterior indicação ao STF na vaga de Celso de Mello, que se aposenta em 2020, teria ultrajado o decano. Segundo uma pessoa próxima, ele se sentiu ofendido. Detalhe: a resposta de Moro veio no dia do aniversário dele.

FILA Há 233 juízes na jurisdição do TRF-4 que podem disputar o posto de Moro. Depois que for publicada a exoneração do magistrado, será aberto um edital, e os interessados em herdar os processos da Lava Jato poderão se inscrever. A escolha é feita com base na antiguidade. Quem estiver há mais tempo no cargo leva.

TIROTEIO

“ Moro enterrou a maior marca da Justiça: imparcialidade. Mostrou que tem lado e começou a plataforma para 2022

De Carlos Lupi, presidente do PDT, sobre o juiz Sergio Moro ter aceitado o convite para ser ministro da Justiça de Jair Bolsonaro

RENATO TERRA

Contador

Estamos trabalhando há 233 dias sem saber quem matou — e quem mandou matar — Marielle Franco.

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO



ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA / RUBENS GLEZER

Decisão do STF sobre ações em universidades foi ágil e contundente

Recado dado por ministros vai além da liberdade acadêmica e de cátedra em nome da preservação da Constituição de 88

OPINIÃO

Eloísa Machado de Almeida e Rubens Glezer

Professores e coordenadores do Supremo em Pauta da FGV Direito SP

Para o STF (Supremo Tribunal Federal), o Estado não pode controlar o conteúdo das manifestações intelectuais realizadas em universidades públicas e privadas.

Nos dias que antecederam a votação do segundo turno da eleição presidencial deste ano, forças policiais realizaram ações em mais de 20 universidades públicas, interrompendo aulas, palestras, debates e atos, coletando informações de alunos e professores, bem como recolhendo faixas, computadores e outros materiais, com autorização da Justiça Eleitoral.

Na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), por exemplo, policiais tentaram retirar faixas mesmo sem autorização judicial. A resposta institucional foi rápida, clara e estruturada.

No mesmo dia as ações policiais foram condenadas por instituições que tutelam as liberdades individuais e públicas, como a Defensoria Pública da União, a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos do Ministério Público Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Instituto dos Advogados do Brasil.

No dia seguinte, a Procuradora-Geral da República ajuizou ação no STF para que o tribunal garantisse a liberdade acadêmica. Em seguida, a ministra Cármen Lúcia decidiu monocraticamente pela ilegalidade desses atos de censura à atividade intelectual.

Quase todas as instituições que se manifestaram no processo afirmaram que a liberdade acadêmica não tem como conviver com a possibilidade de o Estado e a força policial controlarem o que pode ou não ser dito por professores e alunos. Somente a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) rechaçou a ideia de um livre mercado de ideias nas universidades. Para tal associação, professores não teriam a liberdade sequer de relatar os riscos de tortura em regimes autoritários.

Levado o debate ao plenário, a decisão foi unânime e referendou a liminar da ministra Cármen Lúcia, suspendendo todos os atos judiciais ou administrativos que tinham por objetivo promover ou permitir o ingresso de agentes policiais, a interrupção de aulas, tomada de depoimentos, ou quaisquer outros atos atentatórios à liberdade de pensamento, manifestação de alunos e professores, de cátedra e acadêmica, em universidades públicas ou privadas. A decisão deve perdurar até julgamento final de mérito.

Os ministros rechaçaram por completo a acusação de que as universidades estariam infringindo a legislação e fazendo propaganda eleitoral irregular. Pelo contrário, estavam exercendo as liberdades constitucionalmente asseguradas. Os ministros trataram de outros episódios de cerceamento de liberdade, como o recente movimento de constrangimentos a professores durante suas aulas, e recordaram infelizes episódios de queima de livros, censura a obras artísticas e a movimentos de reivindicação de direitos.

Mais importante que a decisão em si foi o tom dado pelos ministros. O caso foi tratado como extremamente grave, um atentado a valores do Estado de Direito, um flerte com o autoritarismo e com a tirania.

O referendo dessa liminar, processualmente, foi sobre liberdade acadêmica e de cátedra nas universidades; a liberdade de pensar, ensinar e se posicionar no âmbito do ensino superior. Mas o recado dado foi muito mais amplo.

CONTINUA

02 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A liberdade de expressão foi exaltada enquanto um valor que abrange uma série de outras garantias para jornalistas, veículos de imprensa, professores, escolas, universidades, movimentos sociais, partidos políticos, escritores, artistas.

Neste episódio, Procuradoria-Geral da República, Defensoria Pública da União e OAB agiram com rapidez e o tribunal, por sua vez, reagiu com a força e contundência necessárias à preservação da Constituição. Com isso, o Supremo deu um importante passo na construção de uma arquitetura de defesa da liberdade contra a opressão.

03 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Prioridades de Moro devem levar a embates com ministros do STF

Como juiz, ele foi criticado por membros da corte, que consideraram ilegais algumas das medidas adotadas pela Operação Lava Jato

Mario Cesar Carvalho

SÃO PAULO Principal crítico da atuação do juiz federal Sergio Moro nos quatro anos da Operação Lava Jato, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo, dizia no ano passado que as prisões preventivas que o magistrado decretava flertavam com a ilegalidade: "Temos um encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba. Temos que nos posicionar sobre este tema que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos ao longo desses anos".

Gilmar criticava Moro porque o então juiz mantinha suspeitos presos por mais tempo e com justificativas mais elásticas que as previstas em lei.

Agora que aceitou ser ministro da Justiça do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), Moro deve ter uma pauta de discussão, e de potenciais conflitos, muito mais ampla do que o tema das prisões preventivas, sobre o qual ele derrotou o entendimento de Gilmar e do Supremo.

A primeira questão, e potencialmente a mais explosiva, deve ser a da prisão a partir de condenação em segunda instância, usada para mandar o ex-presidente Lula para a cadeia.

O Supremo aprovou a mudança em 2016 por 6 votos a 5. Sabendo que ministros mudaram de posição, a defesa de Lula tentou colocar es-

se questão em votação no Supremo neste ano para libertá-lo, sem sucesso.

A mudança da lei enfraqueceria a Operação Lava Jato, segundo procuradores da força-tarefa. Como Moro disse que aceitou o cargo para evitar retrocessos na operação, o embate parece certo.

Há outras questões em que o Supremo e Moro divergem.

O juiz defendeu, e muitas vezes colocou em prática, interpretações da lei que contrariam o entendimento do Supremo. A maior derrota de Moro nessas questões foi o veto da corte em junho do ano passado às conduções coercitivas, uma figura que só é autorizada em condições excepcionais, mas era usada rotineiramente pela Lava Jato. A força-tarefa em Curitiba obteve autorização para fazer 227 conduções coercitivas.

A corte também considerou ilegal o uso que Moro fez do conceito de interesse público ao divulgar gravações de conversas do ex-presidente Lula.

O juiz também tinha críticas sobre o entendimento da legislação brasileira, endossada pelo Supremo, sobre recursos que um réu pode ingressar para tentar mudar o resultado de um julgamento.

"É um sistema de recursos sem fim", disse o ex-juiz em comissão do Congresso em setembro de 2015. "Sem falar em crimes graves, de malversação do dinheiro público, que demora muito, muitas vezes

chegando à prescrição. Isso precisa ser alterado".

O caso do ex-prefeito Paulo Maluf (PP) parece dar razão a Moro. Ele foi denunciado em 2006 por desvios de US\$ 172 milhões em uma obra em São Paulo, mas só foi cumprir a pena de prisão, decretada pelo Supremo, 19 anos depois.

O livro que Moro carregava nesta quarta (1º), quando foi se encontrar com Bolsonaro no Rio, "Novas Medidas Contra a Corrupção", que deve ser seu guia no ministério, defende que é preciso "imprimir maior celeridade ao sistema recursal" sem violar garantias.

O pacote prevê o estabelecimento de prazos para os recursos e a aplicação de multas para quem apela apenas para ganhar prazo.

A obra compilou 70 medidas para aprimorar o combate à corrupção, a partir de uma consulta feita pela Transparência Internacional e pela escola de direito da Fundação Getúlio Vargas a 370 instituições no Brasil.

O pacote é uma tentativa de aprimorar as Dez Medidas contra a Corrupção, que previa medidas consideradas ilegais, como a simulação de crime para apanhar funcionários públicos corruptos.

A mudança do sistema de recursos precisa ser aprovada pelo Congresso.

CONTINUA

03 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O pano de fundo de todas as divergências do ex-juiz sobre a legislação brasileira é uma das figuras centrais do sistema jurídico ocidental: a presunção de inocência.

O artigo 5º da Constituição brasileira prevê que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Trânsito em julgado quer dizer que não cabe mais recursos para mudar a sentença.

A defesa de Lula diz que sua prisão viola esse princípio. O entendimento que prevaleceu é de que a pena pode ser cumprida mesmo quando há recursos pendentes no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo.

Moro já atacou o que considera excessos na invocação dessa figura: “O princípio de presunção de inocência não pode ser interpretado como uma garantia de impunidade dos poderosos”, disse em abril deste ano.

Na Lava Jato, Moro conseguiu aplicar agilidade incomum na Justiça brasileira com o uso de figuras do direito anglo-saxão, como os acordos de delação.

Não é preciso consultar o gênio da lâmpada para saber que o futuro ministro levará para a pasta essa visão de mundo.

ISTO É MORO

Prisão em 2ª instância
Moro é ferrenho defensor da medida, considerada por ele fundamental para combater a impunidade

Prisão preventiva
O juiz foi criticado pelo uso intensivo desse instrumento, mas disse que às vezes é necessário que a Justiça mande uma mensagem de “basta, não estamos brincando”

Presunção de inocência
Moro acha que há excessos no uso dessa figura e defende a sua flexibilização

Recursos
O juiz sempre disse que a legislação brasileira os permite em excesso

Direito anglo-saxão
Moro sempre defendeu essa escola, que valoriza precedentes e jurisprudência, em detrimento das normas escritas

De estilingue a vidraça

O ministro Sergio Moro estará no olho do furacão

Se o nome de Sergio Moro agrega credibilidade ao governo Bolsonaro, que ainda nem começou, a narrativa da perseguição a Lula ganha respiro considerável.

No Brasil, nem sempre o presidente da República aposta em soluções conciliatórias. Além de alegrar parcela importante do seu eleitorado, com Moro no governo Bolsonaro faz populismo (só “estrelas”: o astronauta para as Ciências, a celebridade do Judiciário para a causa da Segurança Pública) e cutuca seus oponentes. O país se divide ainda mais.

Superministério, muito poder. Não é qualquer um. O juiz carrega a fama de condenar corruptos, de ter descortinado os crimes da Petrobras, de ter encurralado o poderoso PT, de ser discreto, rápido e certo.

Sergio Moro sabe que cometeu pecados (conduções coercitivas, quebras e violações de sigilo, falas indevidas), mas mantém distância de governantes. Agora, estará no olho do furacão. Se atrai seguidores, atrai também repórteres obcecados.

O que, afinal, seduz Sergio Moro? Ambição eleitoral? Ser presidente? Bolsonaro tem opiniões controvertidas sobre temas penais e a imagem de juiz justo, ainda que severo, com elas não se enquadra. Governadores eleitos do Rio e de São Paulo também fazem maquinações esdrúxulas em matéria policial.

O que pensa o ministro de Jair Bolsonaro da redução da maioria penal, da difusão

de armas, da carta branca para a polícia matar, de entupir as cadeias de bandidos, da tolerância aos maus tratos, da intolerância à liberdade de imprensa, da repressão aos movimentos sociais?

A Polícia Federal terá independência — inclusive para vasculhar escaninhos da Casa Civil da Presidência da República, sob o comando do venerando deputado Onyx Lorenzoni, braço direito de Bolsonaro? Ou só terá liberdade para espionar adversários suspeitos? Depois de adquirir autonomia técnica, a PF se submeteria a diretrizes políticas? Como serão distribuídos os recursos para combate ao tráfico de armas, às facções criminosas e à corrupção política?

A imprensa não costuma ser dócil com governantes. A reverência quase sagrada do jornalismo ao intocável juiz de Curitiba começa se esvaír com o anúncio do cargo. No Ministério Público, sempre há gente atenta.

Como será a gestão administrativa da superpasta? O ministro usará o dispositivo (jabuti infiltrado na lei 13.097/2015) que dispensa de licitação a compra de “equipamentos sensíveis e necessários à investigação policial” e autoriza contratações sigilosas? O objetivo é manter em segredo a “capacidade investigatória” das polícias, mas a publicidade é da essência republicana.

Com Sergio Moro no Ministério da Justiça e da Segurança Pública, as aparentes virtudes da Lava Jato estão em perigo.

No exterior, a notícia é recebida com espanto. Bom de narrativas, mais ou menos românticas, o petismo comemora a aparição da prova material da parcialidade do magistrado. Mais suspeitas recaem sobre o processo que culminou na condenação do candidato preso e que enfrentaria Jair Bolsonaro nas urnas se estivesse livre.

Depois de condenar, o algoz do PT assume papel de carcereiro, pelo menos até Lula ser removido para uma penitenciária.

Sergio Moro deve ser exonerado imediatamente da carreira federal. É uma imoralidade posar de magistrado e ministro. O enredo da sua nomeação é tão enxuto e instantâneo que importa, sim, saber se o candidato já conversava com o juiz antes da eleição de domingo.

03 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Justiça

terá papel moderador no governo de Bolsonaro

ENTREVISTA
FERNANDO MENDES

Presidente de entidade de juízes vê positivamente
ida de Moro para ministério

Fábio Zanini e Wálter Nunes

SÃO PAULO Na última quinta-feira (1), o celular do juiz federal Fernando Mendes, presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais), não parava de tocar.

Colegas e jornalistas o procuravam para repercutir a notícia do dia: Sergio Moro decidira abandonar a magistratura e aceitar o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para ser um superministro da Justiça, pasta que acumulará poderes no novo governo.

Mendes repetia a cada interlocutor a posição da entidade. "A decisão de sair da magistratura para assumir um cargo no Executivo ou no Parlamento é escolha pessoal de cada um", diz. "Mas é uma posição definitiva. Somos contra a ideia de alguns que propõe o retorno ao cargo depois desse tipo de decisão".

Mendes se referia ao governador eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, que em recente entrevista à Folha defendeu que um juiz deve poder voltar ao cargo após uma candidatura ou a participação em governos.

"Não é porta giratória. É porta de mão única. Você saiu da magistratura não volta mais", diz o presidente da Ajufe.

Segundo ele, o Poder Judiciário, no governo Bolsonaro, terá uma função moderadora e um garantidor de que não haverá retrocessos no campo dos direitos.

Sempre se falou da judicialização da política. Recentemente, um juiz foi eleito [Wilson Witzel, no Rio de Janeiro] e outro virou ministro da Justiça. Existe agora o fenômeno inverso, a politização do Judiciário? Essa questão não é tão simples. O Judiciário tem que ser demandado. As questões vêm e ele é obrigado a decidir. Agora, esse fenômeno [de juízes entrando na política] toma uma dimensão grande hoje com um governador eleito [Witzel] e com o Sergio Moro aceitando o convite para assumir o Ministério da Justiça. Mas veja, nós somos quase 2.000 juízes federais. Nós temos dois casos num universo muito grande.

Mas são dois casos emblemáticos. São juízes protagonistas. Mas não digó que seja uma regra. É uma situação muito excepcional. A Ajufe não apoia e é fortemente contrária a qualquer proposta para que um juiz possa ocupar essas duas funções de maneira simultânea ou que faça isso sem se desvincular do cargo.

A possibilidade de uma porta giratória para a entrada de magistrados na política não pode levantar questões sobre a imparcialidade do juiz? Não é porta giratória. É porta de mão única. Você saiu da magistratura, não volta mais. Esse é o primeiro ponto diferencial. Se tivéssemos uma porta giratória, seria um

grande problema, porque hoje você é juiz, amanhã você é parlamentar, depois volta a ser juiz e volta a julgar aqueles colegas ou seus adversários políticos. Isso não é permitido no nosso modelo.

Como o sr. viu a criação de um superministério da Justiça para Moro? O que a gente vê com bons olhos é uma preocupação com o aperfeiçoamento do nosso modelo, a possibilidade de o Ministério da Justiça reunir diversos órgãos que já atuam com políticas de controle da criminalidade, combate ao crime organizado, à criminalidade financeira. Temos que pensar com esse olhar profissional de especialização, de integração desses órgãos para que possa fazer frente à criminalidade, que está cada dia mais sofisticada.

Não é desaconselhável reunir tanto poder de investigação na mão de uma pessoa? A figura do superministro, como está dito do Sergio Moro, do ponto de vista simbólico vai ser importante. Agora, eu acho que essa preocupação é minimizada na medida em que há órgãos de controle. A Polícia Federal e os demais órgãos não fazem nenhum tipo de investigação sem um controle do Ministério Público e do Judiciário.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Moro sempre foi um juiz ousado, testando os limites da lei. Alguns diriam que ele extrapolou em alguns momentos. Como ministro ele deve agir assim também? Não diria que ele foi ousado ou extrapolou. Eu diria que dentro do nosso modelo de justiça ele tem uma independência e decide com base em nossos parâmetros legais. Quase 90% das decisões dele foram confirmadas pelos tribunais superiores. Então isso esvazia um pouco o discurso de que ele foi arbitrário ou cometeu alguma irregularidade.

Em relação ao Ministério da Justiça, obviamente que muda completamente o papel. Uma coisa é você ser juiz, ter o poder de decisão, ter independência funcional e decidir de acordo com os fatos e as provas do processo, aplicando a lei em um caso concreto. Outra é você ser um ministro, em que você vai ser na verdade um grande articulador político, vai ter que conviver ali e fazer o diálogo em diversas instituições. Ele vai ter que mudar o papel.

Qual o reflexo da nomeação dele para a Lava Jato? A Lava Jato não se resume a Curitiba. Ela começou em Curitiba, decorreu de uma investigação pontual que revelou um sistema corrompido, podre, de relação entre o poder público e as grandes empresas. Só que hoje ela foi muito além de Curitiba. Tem investigações no Rio de Janeiro, em São Paulo, no próprio Supremo. Embora o Moro possa simbolizar um dos seus grandes atores, ela não se resume a ele. Hoje há vários juízes que atuam nessas investigações, desembargadores, juízes.

Há o temor de que Bolsonaro promova mudanças que possam afetar de maneira negativa minorias e ir contra os direitos humanos. O Judiciário pode funcionar como garantidor de que não haverá retrocessos? Sem dúvida. Há o discurso político de campanha. Outra coisa vai ser o presidente que vai assumir o cargo. Qualquer excesso, desvio ou rompimento com o modelo constitucional vai ser fortemente combatido. O julgamento que ocorreu no STF sobre a questão das universidades públicas [em que manifestações e palestras foram censuradas na semana passada] já foi simbólica nesse ponto.

Bolsonaro já deu declarações fortes contra o Judiciário. O sr. vê o risco de que ele possa tentar miná-lo diante de decisões que o desagradem? Eu não acredito nisso. Houve durante a campanha um excesso de discursos, e isso foi feito pelos dois lados. Já no segundo turno houve uma calibragem. Bolsonaro assumindo, com o peso institucional da Presidência da República, tem que haver convivência harmônica entre os Poderes. Não acredito que vá haver um desrespeito, porque há uma linha, uma declaração por parte do presidente eleito de que vai haver uma atuação conforme o modelo constitucional.

Então, o Judiciário vai servir como esse poder moderador, de arbitrar os conflitos. E há um ponto que a gente não pode deixar de observar. Muito embora o presidente eleito tenha tido 57 milhões de votos, o que lhe confere uma legitimação sem dúvida nenhuma indiscutível, houve também um grande número de eleitores que não votaram nele. É um país que está polarizado.

Superada essa fase da eleição, o que é preciso tentar é um diálogo de harmonização do país. As forças políticas precisam estabelecer uma pauta comum mínima, que é a condição necessária para que o país caminhe positivamente.

CONTINUA

03 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



Melo Fotografias/Divulgação

Fernando Mendes, 46

Mestre em direito administrativo e doutorando pela PUC-SP, é juiz federal há 15 anos, titular da 13ª Vara Cível em São Paulo. Foi procurador do Estado de São Paulo de 1998 a 2002. Assumiu a presidência da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) em junho de 2018, com mandato até 2020

“

Muito embora o presidente eleito tenha tido 57 milhões de votos, o que lhe confere uma legitimação sem dúvida nenhuma indiscutível, houve também um grande número de eleitores que não votaram nele. É um país que está polarizado

Quase 90% das decisões de Moro foram confirmadas pelos tribunais superiores. Então isso esvazia um pouco o discurso de que ele foi arbitrário ou cometeu alguma irregularidade.

A Lava Jato foi muito além de Curitiba. Tem investigações no Rio de Janeiro, em São Paulo, no próprio Supremo. Embora o Moro possa simbolizar um dos seus grandes atores, ela não se resume a ele. Hoje há vários juízes que atuam nessas investigações, desembargadores, juízes

03 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PAINEL

GRITA INTERNACIONAL A defesa de Lula prepara uma manifestação ao Comitê de Direitos Humanos da ONU sobre o ingresso de Moro na gestão de Jair Bolsonaro.

RELEMBRAR É VIVER Os advogados vão lembrar que, na peça inicial apresentada ao organismo internacional em 2016, sustentaram que Moro poderia projetar uma carreira na seara da política.

RELEMBRAR É VIVER 2 Num dos tópicos da petição de 2016, a defesa de Lula disse que o juiz era apontado como possível candidato a presidente e que respondia de forma dúbia sobre o assunto.

MUDEI DE IDEIA Na verdade, Moro sempre negou intenção de ingressar na política.

REGISTRO O ministro Celso de Mello, do STF, divulgou nota para negar que tenha feito comentários sobre as especulações precoces de eventual indicação de Moro para a corte, como informou o PAINEL. As queixas foram relatadas por colegas dele à coluna.

TIROTEIO

“Moro mostra patriotismo. Quem procura motivos escusos, assim procede por medir os outros pela própria régua

De Janaina Paschoal (PSL-SP), deputada estadual eleita, sobre os ataques do PT à escolha de Sergio Moro para o Ministério da Justiça

INTERVALO O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) quer propor uma lei que estabeleça quarentena para juízes, impondo a eles um prazo de três anos entre o momento que deixam a magistratura e aquele em que assumem cargos públicos.

INTERVALO 2 A iniciativa é inspirada em Sergio Moro. O juiz federal ainda atuava em processos contra Lula e outros quando começou a conversar com emissários de Jair Bolsonaro para assumir o Ministério da Justiça.

INTERVALO 3 A troca imediata da toga pela política foi criticada por personalidades como Carlos Ayres Britto, ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal). Para ele, a “mudança de camisa, tão rapidamente”, de Moro, compromete a imagem do Judiciário.

CAUTELA Segundo Britto, o ideal, nesses casos, seria prevalecerem a cautela e o bom senso para que a imagem e a independência do Judiciário não fossem atingidas.

GIRATÓRIA Já o deputado federal Altineu Côrtes (PR-RJ) apresentou uma proposta de emenda à Constituição liberando juízes, procuradores e promotores para ocuparem cargos políticos sem sequer deixarem a carreira.

04 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Em 1 ano, país teve ao menos 41 casos de agressão à livre expressão de ideias

Levantamento realizado pela Folha aponta episódios, incluindo casos de censura e autocensura, em todas as regiões do Brasil

Rogério Gentile

SÃO PAULO Levantamento feito pela Folha revela que ocorreram no país, desde setembro de 2017, ao menos 41 agressões à liberdade de expressão, incluindo casos de censura e de autocensura.

Houve episódios em todas as regiões do Brasil. A maioria teve origem em decisões judiciais, mas existiram também situações decorrentes de iniciativas de policiais, promotores e prefeitos, bem como de instituições privadas.

Um dos casos mais simbólicos de restrição à livre manifestação do pensamento foi uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral que proibiu a veiculação de críticas do então candidato presidencial Jair Bolsonaro (PSL) ao próprio TSE.

Por 6 votos a 1, os ministros do tribunal ordenaram a retirada de 55 links da internet de um vídeo no qual Bolsonaro fazia ataques à confiabilidade das urnas eletrônicas do país.

Na ocasião, a presidente do TSE, Rosa Weber, afirmou que críticas são legítimas em um Estado democrático de Direito, mas que há limites. "Críticas que buscam fragilizar a

Justiça Eleitoral e, sobretudo, que buscam retirar-lhe a credibilidade junto à população vão encontrar limites."

Voz dissonante, o ministro Carlos Horbach considerou que "os comentários questionados, por mais incisivos e provocativos que sejam, podem ser considerados como abrigados no âmbito da liberdade de expressão".

Durante a campanha presidencial, a Justiça proibiu também a exibição de uma propaganda, no horário eleitoral do candidato Fernando Haddad (PT), que reproduzia uma entrevista de 1999 na qual o hoje presidente defendia a prática da tortura.

Na decisão, o ministro Luís Felipe Salomão (TSE) também falou em "limites". Para o ministro, a peça tinha potencial para "criar artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais".

De acordo com Cristina Costa, coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP, censura ocorre quando uma autoridade, pública ou privada, exorbita em seu poder e decide o que pode chegar ao público. "Como se as pessoas não pudessem refletir por conta própria."

Segundo a professora, há no país uma cultura censória, proveniente do período colonial. "Antes mesmo de termos universidades, editoras e imprensa, já havia censura", afirma Costa. "No começo do século 20 era proibido tocar violão em certos lugares públicos", diz.

A cultura foi justamente um dos principais alvos dos atentados à liberdade de expressão, segundo o estudo feito pela Folha. Apenas em São Paulo, uma peça de teatro foi proibida, um documentário deixou de ser exibido e jovens foram impedidos de entrar em uma exposição, mesmo acompanhados dos pais.

Nem mesmo o consagrado Cândido Portinari escapou da sanha censória. No ano passado, o Santander Cultural cancelou em Porto Alegre (RS) a exposição "Queermuseu", com 270 obras de arte, incluindo um trabalho do pintor nascido em Brodowski (SP). A mostra abordava a temática sexual e sofreu uma avalanche de protestos na internet.

CONTINUA

Também por pressão, no mês passado, o Colégio Santo Agostinho, um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro, suspendeu a adoção do livro "Meninos Sem Pátria", de Luiz Puntel, que retrata a vida de uma família exilada durante a ditadura.

"Nestes tempos atuais de revisionismo, os pais acusaram o livro de ser uma doutrinação comunista", afirma o escritor. "Mas é necessário dizer a eles que a ditadura militar ocorreu mesmo no país", diz.

O livro foi lançado na coleção infanto-juvenil Vaga-Lume nos anos 1980, no período final do regime militar. "Naquela época, por sinal, não houve nenhum tipo de restrição", afirma o escritor.

Outro episódio ocorreu no Carnaval deste ano, quando a escola Paraíso de Tuiuti, no desfile dos campeões no Rio, retirou a faixa presidencial de um destaque que representava o presidente Michel Temer como vampiro. O Palácio do Planalto negou ter feito gestões nesse sentido.

“
Antes mesmo de termos universidades, editoras e imprensa, já havia censura no Brasil

Cristina Costa
coordenadora do Observatório de Liberdade de Expressão e Censura da USP

“
A liberdade de expressão está sob ameaça, mas nunca pode cair em desuso

É um fator estruturante da sociedade democrática, mais importante até que as eleições periódicas

Floriano de Azevedo Marques Neto
diretor da Faculdade de Direito da USP

Episódios de ataques à liberdade de expressão no Brasil no último ano

- Santander Cultural **cancela exposição** "Queermuseu", com temática sexual, após protestos
Setembro de 2017 - Porto Alegre (RS)
- Delegado **apreende quadro** de exposição "Cadafalso", no Museu de Arte Contemporânea
Setembro de 2017 - Campo Grande (MS)
- Juiz **proíbe peça de teatro** "O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu", estrelada por atriz transexual
Setembro de 2017 - Jundiá (SP)
- Flamengo **impede jornalista** de O Globo e Extra **de fazer pergunta** a técnico durante coletiva após publicação de reportagem crítica
Setembro de 2017 - Rio de Janeiro (RJ)
- Juíza **censura reportagens** do site de notícias 180 graus sobre empresário
Setembro de 2017 - Teresina (PI)
- Instagram **retira do ar capa do disco** "Joa", de Caetano Veloso, postada pela escritora Fernanda Young
Setembro de 2017
- Marcelo Crivella, prefeito do Rio, **veta exposição** "Queermuseu" no Museu de Arte do Rio
Outubro de 2017 - Rio de Janeiro (RJ)
- Masp **proíbe entrada de menores de 18 anos** em exposição intitulada "História da Sexualidade", mesmo acompanhados dos pais
Outubro de 2017 - São Paulo (SP)
- No desfile das campeãs do Carnaval, escola Paraíso de Tuiuti **retira faixa presidencial de destaque** que representava Michel Temer como vampiro
Fevereiro de 2018 - Rio de Janeiro (RJ)
- Justiça **proíbe** João Doria de usar o slogan "Acelera SP" ou de reproduzir o símbolo gestualmente
Março de 2018 - São Paulo (SP)
- Seguranças **removem faixas e bandeiras** que homenageavam a vereadora Marielle Franco em partida de futebol
Março de 2018 - Minas Gerais
- Tribunal Regional Eleitoral **cassa registro** de candidato a vereador em Campos do Jordão, pois pastor pediu voto a ele fora do templo
Abril de 2018 - São Paulo (SP)
- Fiscais do TRE **recolhem bandeira do PT** em evento intitulado "Festival Lula Livre", no centro do Rio, alegando campanha antecipada
Julho de 2018 - Rio de Janeiro (RJ)
- Governo de Pernambuco **retira de festival** peça "O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu", estrelada por atriz transexual
Julho de 2018 - Garanhuns (PE)
- Reitor **é denunciado** criminalmente por não ter coibido protesto contra a Polícia Federal
Agosto de 2018 - Santa Catarina
- Procurador-geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva **ameaça processar jogador Felipe Melo** após ele declarar apoio a Bolsonaro
Setembro de 2018 - São Paulo (SP)
- Ministro do STF **proíbe a Folha de entrevistar Lula** e determina censura prévia
Setembro de 2018 - Brasília (DF)

04 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

GASPARI

Moro no governo dos 'humanos direitos'

Ele conhecerá outro lado da corrupção nacional, aquele em que se desrespeitam as prerrogativas dos cidadãos

Sergio Moro lustrou a biografia de Jair Bolsonaro e de seu futuro governo ao aceitar o superministério da Justiça. Foi um tiro na mosca, pois seu trabalho à frente da Lava Jato tornou-se um marco na história da política nacional, faxinando a corrupção do andar de cima.

Ao sentar na cadeira, será apresentado a outro tipo de corrupção sistêmica, aquela que ofende os direitos dos cidadãos. Ele entrará num governo em que o futuro ministro da Defesa, general da reserva Augusto Heleno, disse que "direitos humanos são basicamente para humanos direitos". Desfolhando as mazelas da criminalidade nacional, acrescentou: "É um absurdo tratar isso como uma situação normal. É situação de exceção que merece tratamento de exceção".

Quais tratamentos de exceção Moro sancionará, ninguém sabe.

O futuro governador do Rio de Janeiro, oficial da reserva da Marinha, singra um discurso apocalíptico e anuncia que "não vai faltar lugar para colocar bandido, cova a gente cava e presídio, se precisar, a gente bota em navio em alto mar". Pura demagogia, e Witzel conhece a história dessas cadeias flutuantes. Elas se chamavam presiganças e eram usadas na Colônia e no Império. A última presigança de que se tem notícia funcionou no navio Raul Soares, onde puseram presos políticos em 1964.

Os discursos repressivos de hoje têm amplo apoio popular, o que os torna mais perigosos, pois quando ficar demonstrada a vacuidade do parlavrório, os demagogos mudarão de assunto.

Sergio Moro diz que a sua prioridade será o combate à corrupção e ao crime organizado. Por falta de experiência na área criminal do andar de baixo, descobrirá isso quando cair sobre sua mesa o caso de alguma roubalheira que usava um posto de gasolina da Baixada Fluminense para lavar dinheiro da corrupção e do tráfico. Puxando os fios, como ele fez em Curitiba, será fácil descobrir poderes que se instalaram no século passado, sobreviveram à ditadura, aninhados nos desvãos dos DOI e ressurgiram com a redemocratização, sambando na avenida e negociando nos palácios.

Hoje, como sempre, os ferabrazes ganham desenvoltura quando sentem-se amparados pela opinião pública. Alguns ministros da Justiça, como Seabra Fagundes e Milton Campos, sentiram o cheiro de queimado e foram-se embora. Outros, como o professor Luís Antônio da Gama e Silva, redator do AI-5, inebriaram-se. Cada um escolhe seu caminho e Moro escolherá o seu.

Pode-lhe ser útil a lembrança do que ocorreu com Carlos Medeiros Silva quando sentou naquela cadeira, em 1966. Um coronel que servia no gabinete apresentou-se: "Ministro,

vim conhecê-lo. Sou o representante da linha dura aqui no ministério".

Medeiros era um mineiro miúdo e discreto. Cioso da autocracia, sobretudo da sua, respondeu: "Coronel, agradeço muito seus relevantes serviços, mas o senhor está dispensado. Agora, o representante da linha dura aqui sou eu".

O 'Posto Ipiranga' contactou Moro

"Isso já faz tempo, durante a campanha foi feito um contato", disse o general da reserva Hamilton Mourão na quarta-feira.

O vice-presidente eleito referia-se à primeira sondagem da equipe do candidato Jair Bolsonaro para atrair o juiz Sergio Moro. O intermediário, segundo o general, foi Paulo Guedes, o "Posto Ipiranga" do capitão.

Segundo Moro, "isso não tem uma semana". Portanto, teria acontecido depois do dia 27 de outubro. Mourão falou em "semanas". Quantas?

Moro e Guedes prestariam um grande serviço à moralidade pública se esclarecessem a data precisa desse contato, até porque o próprio presidente eleito mostrou-se confuso ao tratar do episódio.

CONTINUA

04 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O esclarecimento seria desnecessário para qualquer outra pessoa, mas Moro interferiu no processo eleitoral no dia 1º de outubro, quando liberou um trecho da colaboração do ex-ministro petista Antonio Palocci. Foram 11 páginas de parolagem que ganharam a previsível repercussão, pois faltavam seis dias para o primeiro turno.

O "contato" teria ocorrido "durante a campanha", o que é esquisito, mas seria jogo limpo. Se ele aconteceu antes da liberação do depoimento de Palocci, teriam sujado o jogo e a conduta de Moro deveria ser analisada pelo Ministério Público e pelo Conselho Nacional de Justiça.

A ação do Judiciário está contaminada pela onipotência. Felizmente o Supremo Tribunal Federal derrubou todos os atos relacionados com o arrastão realizado em 17 universidades de nove estados nas últimas semanas. Todas as ações foram determinadas por juízes.

No início de outubro completou-se um ano do suicídio de Luiz Carlos Cancellier, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, mandado para a cadeia por uma magistrada e proibido de entrar na instituição.

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS TORRES FREIRE 04 NOV 2018

Quais são os superpoderes de Moro

Ministro terá poder de investigação do governo e informação sobre crimes financeiros

O ministério que Sergio Moro deve assumir não seria mais do que a velha pasta da Justiça não fosse a incorporação de duas instituições importantes: a CGU (Controladoria-Geral da União) e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Com a CGU, Moro passaria a comandar uma espécie de polícia administrativa e a inspetoria do governo. Com o Coaf, terá algum controle sobre uma agência de inteligência que recebe, analisa e encaminha ao Ministério Público e à polícia denúncias de lavagem de dinheiro e uso de recursos para fins criminosos, terrorismo inclusive.

Desde que foi criada, em 2003, a CGU teve ligação direta com o presidente da República —ora é um ministério. O Coaf é filho da lei de lavagem de dinheiro, de 1998, desde sempre abrigado no Ministério da Fazenda.

No mais, a Justiça de Moro vai reabsorver as polícias federais, deslocadas neste ano para o breve Ministério da Segurança.

Moro não será o xerife absoluto de CGU e Coaf, regulados por leis até bem estritas. Mas instituições podem ter sua atuação reforçada, ampliada ou até laceada, a depender de quem as comanda e componha.

Além do mais, CGU e Coaf devem mudar, até porque serão necessárias leis para transferi-las para a Justiça e redefinir seus comandantes, pelo menos.

Não foi possível confirmar se Moro reivindicou a CGU, mas próximos de Jair Bolsonaro di-

zem que o futuro ministro pediu para ficar com o Coaf. Lê-se por aí que Moro levará apenas “parte do Coaf”, o que ora não faz sentido.

A CGU avalia, audita, controla e pode investigar procedimentos, programas e servidores do governo inteiro. É uma espécie de promotoria de defesa contra ineficiências, corrupção e outras irregularidades no Executivo. Agora, será subordinada a um ministro.

Quem vai comandá-la, com qual autonomia? Seja como for, um órgão de controle supraministerial estará sob Moro —como inspetor-geral, digamos, terá mais poder.

A lei de lavagem de dinheiro de 1998 obriga pessoas e instituições a prestar informações de transações suspeitas.

A lista de obrigados é aqui impublicável, de tão grande, mas o setor financeiro, seus órgãos de fiscalização e todos os envolvidos em transações de bens e serviços de grande valor estão obrigados a registrar ou notificar negócios a partir de certa monta ou suspeitos. Incluem-se aí transações financeiras, com imóveis, joias, arte e outros bens de luxo, produtos do agronegócio ou passe de atletas.

Tais informações devem ser enviadas ao Coaf, que pode requisitar dados cadastrais de pessoas, analisa o caso e reporta possíveis rolos ao Ministério Público ou à polícia. Órgãos muito parecidos existem em vários países civilizados. Gente graúda do Ministério Público diz que o Coaf funciona de modo razoável.

O Coaf não tem poder de investigação autônomo e no máximo aplica penas administrativas. É comandado por 11 conselheiros, funcionários de carreira indicados por vários ministérios e agências de Estado, com presidente nomeado pelo ministro da Fazenda. Vai mudar, claro. Mas como?

Em sua carreira, Moro trabalhou essencialmente com lavagem de dinheiro. Escreveu um livro sobre o assunto (“Crime de Lavagem de Dinheiro”, Saraiva). Quer que as informações do Coaf sejam utilizadas para orientar sistematicamente a polícia e inquéritos.

No mais, sabemos apenas que os poderes e os inimigos de Moro não serão poucos.

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS 04 NOV 2018

Ministro do perigo

Decisão de Moro custa seu prestígio e fortalece o pior do governo Bolsonaro

Uns já o veem no Supremo, uns lhe antecipam a faixa da Presidência. O futuro mais próximo, que tem a ver com as inquietações do nosso presente, não combina com generosidades e por isso é mais silenciado, embora não silencioso.

É significativo que mesmo a celebração do novo passo de Sergio Moro se sentisse compelida, em inúmeros casos, a listar impropriedades da sua conduta de juiz, como a gravação ilegal e divulgação de conversas de Lula, Dilma e outros; a liberação, a seis dias da eleição, de depoimento já antigo de Antonio Palocci contra Lula e o PT, e outras incorreções. Muitos dos que as citam agora ao tempo de suas ocorrências as aceitaram e até as defenderam. A gravidade que tiveram é, porém, reconhecida na rememoração a que poucos se negaram.

O passo a mais que Moro dá no seu projeto, como no projeto de que é parte, custa-lhe um bom pedaço do prestígio. Quanto se fortalece por explicitar sua aliança com Bolsonaro, supondo-se que o saldo lhe seja favorável, tardará a sabermos. Certo, desde logo, é o inverso: Moro fortalece Bolsonaro. Já o faz na provável maioria da chamada opinião pública, e vai mais fundo. O problema é que fortalece o pior do esperável de Bolsonaro e seu governo: a combinação de autoritarismo e reacionarismo.

O autor de arbitrariedades hoje reconhecidas até por seus apoiadores terá,

como ministro da Justiça, todos os poderes e habilidades da Polícia Federal sob seu controle. Se, nas ocasiões em que teve direção ministerial criteriosa, a PF não se poupou do chocante, pode ser um instrumento perigosíssimo nas mãos de quem a utilize sem respeito aos limites éticos e legais.

Moro está bem conhecido em poucos dos seus lados e arestas pessoais. Do que sabe e do que pensa, não se tem ideia. A terra para trabalhar, a necessidade do teto, a vida e o espaço dos indígenas, as milícias já aplaudidas por Bolsonaro, os refugiados, a fauna contrabandeada, enfim, são muitos os problemas sensíveis a cargo do Ministério da Justiça. Só têm recebido referências sinistras da roda de recém-poderosos. E agora são objeto da depravação que é sua entrega à inexperiência, provável desconhecimento e descaso pelo respeito humano e pelos limites legais.

Em sua negação à passagem para a política, Moro dizia que um cargo político lançaria dúvida sobre "a integridade do trabalho" que fez até então. Integridade que tem o sentido de totalidade como o de retidão. É o próprio Moro, portanto, na condição de maior autorizado a falar do seu trabalho, quem o põe em dúvida no todo e na retidão. Nesse ponto, não custa concordar com Moro.

Para concordância semelhante ou para confirmar decisões do (ex) juiz,

será vergonhoso que, ao julgá-las em recursos, os magistrados tenham o olhar temeroso, oportunista e faccioso que levou à aceitação de muitas das sentenças e medidas inconvincentes de Sergio Moro. Os altos tribunais estão em dívida com os direitos da democracia.

04 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

O QUE FOI DITO

Sergio Moro
juiz responsável
pela Lava Jato

|| “Não, jamais.
Jamais. Sou
um homem de
Justiça[...] não
sou um homem
da política”

em entrevista ao jornal
O Estado de S. Paulo, em 2016

“Fui convidado
para ser
nomeado
ministro da
Justiça e da
Segurança
Pública [...]
aceitei o
honrado
convite”

em nota oficial, após aceitar o
cargo na gestão Bolsonaro

TIROTEIO

“ Uma nação democrática de fato protege
a total liberdade de expressão da
imprensa, que é o 4º poder de uma República

De Ivo Herzog, presidente do conselho do Instituto Vladimir Herzog,
sobre parte dos jornalistas ter sido barrada em coletiva de Bolsonaro

05 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro diz a colegas que se inspirou em italiano para deixar toga

Frederico Vasconcelos
e Denise Perotti

SÃO PAULO O juiz federal Sergio Moro enviou mensagem aos magistrados da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) em que revela ter se inspirado no juiz italiano Giovanni Falcone, da Operação Mãos Limpas, para decidir trocar a toga pelo comando do Ministério da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PSL).

Moro diz que foi uma decisão muito difícil, "mas ponderada".

"Lembrei-me do juiz Falcone, muito melhor do que eu, que depois dos sucessos em romper a impunidade da Cosa Nostra, decidiu trocar Palermo por Roma, deixou a toga e assumiu o cargo de Diretor de Assuntos Penais no Ministério da Justiça, onde fez grande diferença mesmo em pouco tempo. Se tiver sorte, poderei fazer algo também importante", escreveu.

Falcone foi um dos responsáveis por deflagrar a Operação Mãos Limpas na Itália e trabalhou contra a máfia siciliana Cosa Nostra. Reconhecido internacionalmente, recebeu prêmios por sua imparcialidade.

Foi ele quem convenceu o mafioso Tommaso Buscetta a romper o código de silêncio da organização, em uma confissão registrada em 329 páginas.

Deflagrada em 1992, a Mãos Limpas revelou um grande esquema de corrupção envolvendo vários partidos na Itália.

Considerada uma das maiores operações anticorrupção já realizadas na Europa, levou cerca de 3.000 pessoas à cadeia e investigou empresários, ministros e cerca de 500 parlamentares.

Falcone dirigiu os grandes julgamentos nos anos 80, com mafiosos apresentados dentro de jaulas, no fundo de salas construídas especialmente para estes processos, em Palermo. Centenas deles foram sentenciados à prisão perpétua.

Mas a operação também levou a uma série de suicídios de empresários e ao assassinato de Falcone, aos 53 anos, e de sua mulher, a também magistrada Francesca Morvillo.

Em 1992, o carro onde estavam o juiz e sua mulher explodiu ao passar por uma estrada que foi dinamitada por explosivos. Três guarda-costas também morreram.

O mafioso Giovanni Brusca, por ordem de Salvatore Totò Riina, ativou o detonador dos mais de 400 quilos de explosivos escondidos sob a estrada de Trapani a Palermo.

Em pouco tempo, os assassinos de Falcone foram presos e levados a julgamento. As provas obtidas contra eles levaram a novas descobertas e outras prisões.

Mas aos poucos esse impulso de combate geral ao crime organizado foi arrefecendo. A razão seria o desejo da classe política de colocar um fim aos muitos escândalos que a atingiram.

Moro concluiu a mensagem aos magistrados pedindo que "continuem dignificando a Justiça com atuação independente (mesmo contra, se for o caso, o Ministério da Justiça)".

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

E aí, Moro? Qual vai ser? **Há bons testes de sua convicção democrática que podem**

A decisão de Sergio Moro de aceitar o Ministério de Justiça no governo do sujeito que só ganhou porque o Lula foi preso é, enfim, leiam essa frase de novo, e levem em conta que ela saiu nos principais jornais do mundo.

Moro no governo Bolsonaro trinca a imagem da Lava Jato e dificulta a vida de quem defendia a operação diante da esquerda. Mas isso tudo é discussão pré-Bolsonaro.

Até o dia 28, estávamos preocupados com instituições, com partidos, com programas, com nossa imagem externa. Agora todos os cenários otimistas já sumiram no retrovisor, e sobrou a tarefa de conter isso aí até a eleição de 2022.

Há quem diga que Moro ministro poderia moderar Bolsonaro e conter a escalada autoritária que o novo presidente evidentemente pretende iniciar em breve.

Se for verdade, é o que importa em nossa situação atual, que é muito ruim.

Antes de discutirmos se é provável que Moro modere Bolsonaro, é bom dizer que é possível. Moro é mais popular que Bolsonaro, e Bolsonaro foi eleito surfando a onda da Lava Jato. Custaria muito, muito caro para Bolsonaro demitir Moro. O ex-juiz tem ampla margem para contrariar, frustrar ou ofender Bolsonaro antes de ser demitido.

Mas Moro quer controlar Bolsonaro? Há bons testes de sua convicção democrática que podem ser aplicados já hoje. Aqui vão dois.

ser aplicados já hoje

Moro é a favor da definição do crime de terrorismo como algo muito além do uso de violência contra a população civil com o objetivo de enfraquecer a moral de um inimigo militar?

A discussão atual no Congresso, sob forte influência bolsonarista, tende a criminalizar qualquer tipo de oposição mais animada do que xingar o governo no chuveiro. Se Moro contiver esse surto autoritário, ponto para ele.

Moro concorda com o uso seletivo de verbas publicitárias públicas para punir jornais e TVs que denunciem escândalos do governo? O primeiro ato do governo Bolsonaro, lembrem-se, foi anunciar a suspensão das verbas para a Folha como punição pela denúncia de caixa 2 em sua campanha.

Em seu artigo famoso sobre a Operação Mãos Limpas, Moro enfatizou como denúncias da imprensa foram fundamentais para o sucesso (parcial) da operação. Se silenciar sobre a onda repressiva bolsonarista, Moro vai trair a imprensa livre.

Os jornalistas devem temer que o apoio ao combate à corrupção se volte contra eles quando o justiceiro da hora já tiver se tornado ministro de um governo autoritário?

São dois testes, é fácil pensar em vários outros. Mas eu gostaria de ver Moro submeter-se a estes.

Não há dúvida de que o projeto autoritário de Bolsonaro venceu as eleições surfando na

desmoralização da classe política pós-Lava Jato. Isso cria o risco real de o saldo da operação para o Brasil ser muito, muito negativo.

Não há um número de políticos presos que seja suficiente para compensar a morte da democracia. Com Bolsonaro, há o risco real de acontecer o que o cientista político Bruno Reis temia no início da operação: que a Lava Jato serre o galho em que está sentada — a política democrática brasileira.

O serrote está nas mãos de Moro. Cabe a ele decidir se continuará serrando, ou se preferirá cortar as asas de Bolsonaro. Só há essas duas opções, e o legado da Lava Jato será jogado nisso. Os testes estão aí, Moro. Qual vai ser?

05 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

A bancada de Moro

Após Sergio Moro aceitar o convite para comandar o Ministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PSL), parlamentares começaram a articular uma frente no Congresso em apoio ao pacote anticorrupção que o juiz pretende adotar como marca de sua gestão. A ideia é que o grupo, formado por senadores e deputados que se elegeram com a bandeira do combate à corrupção, seja a base de apoio das medidas ele propuser ao Legislativo. Detalhe: a proposta tem o aval de integrantes da oposição.

VAI QUE COLA Os parlamentares que articulam à frente pró-Moro mas fazem oposição a Bolsonaro acham que com o apoio ao juiz podem fazer com que a pauta de combate à corrupção não seja vista como um ativo exclusivo da gestão do presidente eleito, mas da sociedade.

DISCÍPULOS O grupo pretende manter contato permanente com a coordenação da Lava Jato em Curitiba. Um dos idealizadores das Dez Medidas contra a Corrupção, o coordenador da força-tarefa que iniciou a operação, Deltan Dallagnol, foi consultado sobre a formação da frente.

O BAILE TODO O grupo de delegados que tenta emplacar Erika Marena na chefia da Polícia Federal deve ganhar o apoio da ADPF (Associação dos Delegados da Polícia Federal). Eles vão sugerir o nome dela a Moro. Em 2017, Marena estava no topo da lista enviada pela entidade a Michel Temer. De lá para cá, ela coordenou a polêmica operação Ouvidos Moucos.

TUDO OU NADA Auxiliares de Lula avaliam que o novo pedido de suspeição de Moro que a defesa do petista vai apresentar ao Supremo nesta segunda (5) vai obrigar a corte a se posicionar sobre a atuação do juiz.

BOLA DA VEZ Os que acompanham de perto os processos do ex-presidente dizem que, “diante de toda a trama”, o STF terá que decidir se a atuação de Moro “não causou qualquer prejuízo à chamada estética da imparcialidade, tão cara à Justiça”.

ESTACA ZERO? O recurso estava previsto antes mesmo de Moro aceitar o convite de Bolsonaro. A defesa de Lula vai pedir que seja revista decisão do STJ, que negou a suspeição do juiz. Se o Supremo acatar os argumentos, o processo ser considerado nulo.

05 NOV 2018

FOLHA DE S. PAULO

João Montanaro

MORO
ENTRA
PARA A
POLÍTICA



FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

**FURA-
FILA**

05 NOV 2018

A nomeação de Sergio Moro para o Ministério da Justiça esvaziou a possibilidade de João Doria (PSDB-SP) se transformar no candidato de Jair Bolsonaro a presidente em 2022.

FILA 2 A ideia era considerada por alguns integrantes do núcleo mais próximo do presidente eleito —ele sempre repete que não será candidato à reeleição caso o Congresso aprove uma reforma política que acabe com a existência de um segundo mandato.

FILA 3 Por ela, se Doria fosse “leal” a Bolsonaro e fizesse um mandato popular em São Paulo, os dois poderiam se juntar em 2022.

NA POLE A indicação de Moro muda a geografia política já que ele passa a ser o nome de maior destaque do futuro governo. E pode se viabilizar para 2022.

MINHA CASA A Corregedoria Nacional de Justiça arquivou a ação que Nora Rabello, herdeira do Banco Rural, moveu contra a juíza Andrea Schwarz de Senna Moreira, do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia.

RECLAMO Ela fez uma reclamação disciplinar contra a magistrada, que decidiu alienar um imóvel de Rabello em Arraial D’Ajuda (BA) por conta de uma dívida trabalhista de R\$ 5,6 mil.

CASA 2 Segundo Rabello, o imóvel valia R\$ 20 milhões, mas foi leiloado por R\$ 600 mil. Quem comprou a casa foi Aluyr Tassizo Carletto Neto, filho do deputado federal Ronaldo Carletto (PP-BA).

CASA 3 Rabello diz que o intuito do processo era expropriá-la da sua residência, que a juíza tem “grande amizade” com o parlamentar e que houve conluio para que ele fosse favorecido no leilão.

É MEU A coluna procurou o deputado. Quem retornou foi o seu filho. Ele afirma que a aquisição do imóvel não tem relação alguma com seu pai. “As acusações da senhora Nora Rabello, com afirmações completamente caluniosas, são totalmente inverídicas”, diz.

“Tanto é assim que há mais de dois anos ela tenta anular o leilão, sem êxito.”

02 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Superministro, Moro promete implantar agenda anticorrupção

Bolsonaro diz que juiz da Lava Jato o ajudou a crescer politicamente e lhe garante carta branca à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Luiz Raatz
Agência Estado

São Paulo - O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) disse em entrevista coletiva nesta quinta-feira (1º) que o juiz federal Sérgio Moro terá carta branca para comandar o Ministério da Justiça, que terá sob seu comando outros órgãos de controle, como "parte" do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Moro, que aceitou o convite de Bolsonaro em encontro realizado pela manhã na casa do capitão reformado, no Rio de Janeiro, vai cuidar também da Segurança Pública.

Em nota à imprensa, o juiz da Lava Jato disse ter sido motivado pela perspectiva de "implementar uma forte agenda anticorrupção e anti-crime organizado".

Bolsonaro também afirmou na coletiva que "se o PT está reclamando da nomea-

“É um soldado que está indo à guerra sem medo de morrer”

ção, eu fiz a coisa certa". Advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva devem entrar com um pedido de habeas corpus para soltá-lo, usando como argumento a nomeação de Moro. Segundo eles, isso caracterizaria parcialidade do juiz. Lideranças do PT também se manifestaram contrárias à nomeação, avaliando que a ida dele para a equipe de Bolsonaro comprova sua atuação política à frente da Lava Jato.

"Foi decisão difícil, ele (Moro) vai abrir mão da carreira dele", disse Bolsonaro. "É um soldado que está indo à guerra sem medo de morrer." O presidente eleito disse ainda que a Lava Jato continuará atuante mesmo sem Moro no comando da 13ª Vara de Curitiba. Bolsonaro

também disse que o juiz segue cotado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) desde que ele tenha um substituto no MJ.

Questionado se Moro será um "xerife" de seu governo, o presidente eleito respondeu: "Se você quiser dar esse nome para ele..." Ainda de acordo com Bolsonaro, Moro teve o mérito, durante a Operação Lava Jato, de "colocar na cadeia gente que não pensou que passaria 10 minutos por lá."

"O trabalho dele é muito bem feito. Em função do combate à corrupção, da Operação Lava Jato, as questões do mensalão, entre outros, me ajudou a crescer politicamente falando".

CONTINUA

O QUE DIZ MORO

Em nota para explicar por que aceitou na manhã desta quinta-feira o convite de Jair Bolsonaro (PSL) para assumir o Ministério da Justiça, Moro disse ter sido motivado pela perspectiva de “implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado”.

“Fui convidado pelo Sr. Presidente eleito para ser nomeado Ministro da Justiça e da Segurança Pública na próxima gestão. Após reunião

pessoal na qual foram discutidas políticas para a pasta, aceitei o honrado convite. Fiz com certo pesar pois terei que abandonar 22 anos de magistratura. No entanto, a perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos, levaram-me a tomar esta decisão”, disse Moro na nota.

“Na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior. A Operação Lava Jato seguirá em Curitiba com os valorosos juízes locais. De todo modo, para evitar controvérsias desnecessárias, devo desde logo afastar-me de novas audiências. Na próxima semana, concederei entrevista coletiva com maiores detalhes”, finalizou o juiz.

FUSÃO

O presidente eleito Jair Bolsonaro abordou outros temas da transição na coletiva. Ele confirmou que deve desistir da união dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente depois de setores do agro-

negócio terem alertado para o risco de sanções comerciais. “Não tenho problema de voltar atrás, mas será um ministro do Meio Ambiente do Bolsonaro”, disse. “Não vai ter trabalho de xiita no meio ambiente.” (Leia na página 5).

O presidente confirmou a intenção de transferir a Embaixada do Brasil em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém e disse que pretende fechar a representação diplomática nos

territórios palestinos. “Temos respeito por Israel e pelo Mundo Árabe, não queremos problema com ninguém”, disse.

Bolsonaro afirmou também que irá para Brasília na terça-feira discutir a transição, mas voltará na quinta. Segundo ele, a bolsa de colostomia ainda lhe impõe restrições. Ele passará por cirurgia para retirá-la em 12 de dezembro.

Juiz disse que jamais entraria para a política

Luiz Raatz
Agência Estado

São Paulo - Em sua primeira entrevista como juiz da Lava Jato, ainda em 2016, Sérgio Moro disse ao jornal O Estado de S. Paulo que jamais entraria para a política. Na ocasião, o juiz federal, acusado principalmente pelo PT de perseguir o partido, declarou também que a Justiça era “questão de prova” e achava “errado tentar medir a Justiça por essa régua ideológica”. Veja a íntegra da entrevista dada ao Blog do Fausto.

“Não, jamais. Jamais. Sou um homem de Justiça e, sem qualquer demérito, não sou um homem da política”, disse Moro. “Acho que a política é uma atividade importante, não tem nenhum demérito, muito pelo contrário, existe muito mérito em quem atua na política,

mas eu sou um juiz, eu estou em outra realidade, outro tipo de trabalho, outro perfil. Então, não existe jamais esse risco.”

Sobre suas motivações, Moro disse, na época: “No fundo, o juiz está cumprindo o seu dever. Minhas reflexões têm por base os casos já julgados, considerando os casos já julgados. Este caso que em seu início parecia um caso criminal, não vou dizer trivial, mas se transformou em um caso que diz respeito à qualidade da nossa democracia. Porque esse nível de corrupção sistêmica compromete a própria qualidade da democracia.”

Questionado sobre se prenderia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que acabaria por acontecer em abril deste ano, Moro disse: “Esse tipo de pergunta não é apropriada, porque a gente nunca fala de casos pendentes.”

02 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Nomeação reacende debate sobre atuação de Moro à frente da Lava Jato

Especialistas ouvidos pela FOLHA avaliam impactos jurídico e político provocados pela ida do juiz federal para o Ministério da Justiça

“O fato de ele ter julgado (Lula) não guarda nenhuma relação imediata”

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Especialistas em Direito Penal e em Direito Constitucional comentaram a decisão do juiz federal Sergio Moro de aceitar, nessa quinta-feira (1), o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL-RJ) para comandar o superministério da Justiça a partir de 2019. Responsável até então por julgar os processos da Lava Jato em primeira instância, Moro foi quem determinou a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), no caso do triplex do Guarujá, em abril. Para assumir o cargo, ele terá de abandonar 22 anos de Magistratura, não podendo mais retornar à função, a não ser que realize novo concurso.

A principal dúvida é se houve suspeição, termo usado para se referir a situações em que um magistrado adota postura que compromete sua isenção. O Código de Processo Penal prevê, em seu artigo 254, que o juiz se declare suspeito “se for amigo íntimo ou inimigo capital”, se for “cônjuge, parente, consanguíneo ou afim”, “se for credor ou devedor”, se tiver aconselhado qualquer das partes ou ainda se for sócio de algum réu do processo. Para juristas ouvidos pela FOLHA, é difícil comprovar se houve tal quebra de isenção. Entretanto, a nomeação pode criar um prejuízo à imagem e à credibilidade da Operação.

De acordo com João Rafael de Oliveira, professor de Direito Processual Penal da

Unibrasil (Faculdades Integradas do Brasil), não existe um fundamento específico na legislação que dê conta dessa situação. “Há uma possibilidade de construção sobre os critérios subjetivos da imparcialidade. Decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos da década de 1990 sustentam que o juiz não tem apenas que ser imparcial; tem que aparentar imparcialidade”, explicou (?). “O fato de ele ter julgado não guarda nenhuma relação imediata. Pode reforçar, mas não serve de único fundamento. Tem que ter nexo de causalidade”, acrescentou.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 02 NOV 2018

CONTINUAÇÃO

“São duas visões. Juridicamente me parece que não vai haver confirmação de que o Moro era suspeito, porque é um fato que se consuma nesse momento. Não vai retroagir, não vai mais desempenhar nenhum ato processual, tanto que o processo segue agora nas mãos da juíza substituta.

Ou seja, processualmente o efeito é nulo. Mas politicamente reforça o discurso propagado desde o início, de que teria talvez um interesse de cargo no futuro”, avaliou o professor de Direito Penal Rafael Soares, da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Londrina.

A professora adjunta de Direito Constitucional da UFPR (Universidade Federal do Paraná) Eneida Desiree Salgado lembrou que a defesa de Lula utilizou o conceito de lawfare, que consiste no abuso e no mau uso dos procedimentos jurídicos para fins de perseguição política. “O juiz ou ex-juiz se coloca numa posição em que pode ser acusado agora de maneira mais forte disso, de usar táticas para deslegitimar os adversários a acabar com a sua imagem. Não apenas a aceitação dessa indicação, mas a aceitação assim tão rápida, pode levá-lo a receber com mais frequência ou intensidade esse rótulo”.

SUSPEIÇÃO

Ao menos três decisões de Sergio Moro, sempre apontadas pelo PT como parciais, serão agora alvo de novo debate. Em 2016, ele vazou áudios de uma conversa entre

a então presidente Dilma Rousseff (PT-MG) e Lula, que acabara de ser nomeado ministro da Casa Civil, mesmo depois do cancelamento do mandado para a escuta. Nesse ano, adiou a audiência do segundo processo do ex-presidente, referente ao sítio de Atibaia, para evitar que o petista fizesse “campanha”. E, às vésperas do primeiro turno das eleições, levantou o sigilo da delação de Antônio Palocci.

“A divulgação de parte da delação do Palocci e o adiamento do interrogatório do ex-presidente são fundamentos que reforçam o argumento da defesa de quebra da imparcialidade”, opinou João Rafael de Oliveira. Para Rafael Soares, o momento de divulgação da delação não foi oportuno. Quanto aos áudios da ex-presidente, porém, ele disse que já houve uma avaliação, com indeferimento em todas as instâncias administrativas ou judiciais.

Para o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), que também já foi juiz federal, o grave problema de Moro “é esconder interesses eleitorais por baixo da toga. Não há caso similar no Direito no mundo inteiro”, escreveu, no Twitter. A deputada estadual eleita Janaina Paschoal (PSL-SP), uma das autoras do pedido de impeachment de Dilma, rebateu as críticas. “Não faz nenhum sentido dizer que o fato de uma autoridade receber um convite torna essa autoridade suspeita. O juiz Sergio Moro é uma pessoa que tem seu trabalho internacionalmente reconhecido”.

02 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

PT diz que 'máscara' caiu e defesa de Lula pedirá habeas corpus

Daniel Weterman
Agência Estado

São Paulo - O PT reagiu com duras críticas à escolha do juiz Sérgio Moro como ministro da Justiça e Segurança Pública no governo de Jair Bolsonaro. Para o partido, Moro revelou "imparcialidade como juiz" após ter condenado o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aceitado o convite do presidente eleito. "Sua máscara caiu", diz nota da Executiva Nacional da legenda.

Após o anúncio de Moro para o ministério, o PT afirmou que reforçará a campanha pela liberdade do ex-presidente e cobrou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) "paute imediatamente" o julgamento da representação protocolada pelo partido em 2016 depois da divulgação de conversas entre Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff.

"O juiz que atuou tão fortemente contra Lula é o mesmo que beneficiou os verdadeiros corruptos da Petrobras e seus agentes, que hoje gozam de liberdade ou prisão domiciliar, além dos milhões que acumularam, em troca de depoimentos falsos, de claro cunho político", diz a nota.

Para o PT, a indicação "é mais um sinal de que o futuro governo pretende instalar um estado policial no Brasil" por causa das declarações do vice-presidente eleito,

general Mourão. Em entrevista à Folha de S.Paulo, Mourão afirmou que houve sondagem a Moro ainda na campanha eleitoral.

HABEAS CORPUS

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prepara um habeas corpus que tem como fundamentação o fato de o juiz federal Sérgio Moro ter aceitado o convite para assumir o Ministério da Justiça no governo Jair Bolsonaro.

Segundo pessoas com acesso à defesa de Lula, os advogados vão alegar que a ida de Moro para o ministério comprova a tese de que o juiz foi parcial e tinha motivações políticas para condenar o ex-presidente e tirá-lo da corrida presidencial. O HC deve ser encaminhado aos tribunais superiores.

Um dos argumentos será a declaração do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, de que o convite a Moro foi feito ainda durante a campanha eleitoral e que o juiz liberou a delação do ex-ministro Antonio Palocci, cujo principal alvo é Lula, apenas seis dias antes do primeiro turno das eleições.

A liberação da delação de Palocci às vésperas da eleição é um dos pontos nos quais petistas e advogados de Lula vão explorar para reforçar a narrativa de que Moro tratou o ex-presidente com parcialidade.

"É uma indecência. Mostra claramente que ele (Moro) sempre misturou a atividade jurisdicional dele com a política", disse o deputado Wadih Damous (PT-RJ), que integra a defesa do ex-presidente.

Para ele, Moro deve se afastar imediatamente de todos os processos que envolvam Lula.

O candidato do PT à Presidência, Fernando Haddad, que tirou dois dias de folga com a família na Serra da Mantiqueira, se pronunciou por meio de uma rede social. Segundo ele, a elite brasileira não compreende o conceito de república e o significado da escolha de Moro ficará por conta da imprensa e entidades internacionais.

"Se o conceito de democracia já escapa a nossa elite, muito mais o conceito de república. O significado da indicação de Sérgio Moro para Ministro da Justiça só será compreendido pela mídia e fóruns internacionais", escreveu Haddad. (Ricardo Galhardo/A.E.)

02 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Atleta e linha dura, juíza Gabriela Hardt assume a Lava Jato

Agência Estado

São Paulo - A saída do juiz federal Sérgio Moro para assumir o superministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PSL) abre uma vaga na 13ª Vara Federal de Curitiba. Quem poderá ocupar a cadeira que foi de Moro por toda a Operação Lava Jato e desde muito antes? Em um primeiro momento, quem tomará decisões sobre os processos da Lava Jato será a juíza federal substituta Gabriela Hardt, que já atuou no caso todas as vezes em que Moro estava ausente - em maio, ela mandou prender o ex-ministro José Dirceu.

Gabriela ocupa o cargo desde 2014. No próximo dia 14, ela deverá interrogar o ex-presidente Lula na ação penal do sítio de Atibaia, em que o petista é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Amiga de Moro, ela é atleta e nadadora.

As Varas Federais têm dois cargos: juiz federal titular e juiz federal substituto. Cada um, segundo informações do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) - a Corte de apelação da Justiça Federal -, responde pela metade dos processos e é substituto automático do outro nos afastamentos - férias e licença médica, por exemplo.

Ao aceitar o convite de Bolsonaro, Moro comunicou publicamente que "para evitar controvérsias desnecessárias, desde logo afasta-se de novas audiências". No próximo dia 14, o ex-presidente Lula seria interrogado por Moro no processo sobre o sítio de Atibaia - o petista é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. A audiência, agora, deverá ser realizada pela substituta de Moro, a juíza Gabriela Hardt. Moro vai pedir exoneração do cargo de juiz federal.

02 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Ala do STF resistia a Moro: 'juiz de primeiro grau'

Parte do Supremo Tribunal Federal (STF) torcia o nariz, de quase asco, à eventual indicação de Sérgio Moro como ministro da corte em razão de um velho preconceito: ele é "apenas juiz de primeiro grau". Mas esses mesmos ministros não se opõem à nomeação de Moro após uma temporada no Ministério da Justiça. Isso funcionaria como forma de "limpar" a biografia de Moro. Quanta bobagem. Até porque a maioria dos ministros do STF não tem experiência anterior na magistratura.

Rito de passagem

A aceitação do convite de Bolsonaro, confirmada ontem, "pavimenta" seu eventual ingresso no STF quando surgirem as primeiras vagas.

Vaga só em 2020

A próxima vaga no STF surgirá com a aposentadoria do ministro Celso de Mello, que atingirá os 75 anos em 1º de novembro de 2020.

Ministério reforçado

Sob Moro, o Ministério da Justiça ganhará o Coaf e CGU e ele teria autonomia para reformular a Polícia Federal, por exemplo.

Selfie com Moro

O general da reserva Augusto Heleno, futuro ministro da Defesa, ficou tão feliz com Sérgio Moro no governo Jair Bolsonaro, que já sabe o que fazer quando for apresentado a ele: "Vou fazer uma selfie".

Memória curta

Críticos de Sérgio Moro no Ministério da Justiça mal escondem a militância e demonstram conveniente memória curta. Ele deu a primeira sentença de Lula, mas depois todos os demais tribunais do País, do TRF-4 ao STF, passando pelo STJ, confirmaram a condenação.

Moro não estava só

Sérgio Moro certamente fará falta à Lava Jato, mas ele não estava só na luta contra os ladrões de dinheiro público. Além dele próprio e de um exército de procuradores e policiais, 14 juizes participam da operação.

INFORME

Fechando com Moro

Em mensagens nas redes sociais, o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato no MPF (Ministério Público Federal) do Paraná, afirmou nesta quinta (1º) que considera a decisão do juiz Sergio Moro, de assumir o Ministério da Justiça no governo de Jair Bolsonaro (PSL), positiva e uma oportunidade para "construir uma sociedade com mais democracia e mais segurança". Para ele, as acusações de que Moro teria atuado com interesses políticos na Lava Jato são mentirosas. "Se o juiz Moro tivesse aspiração política, ele poderia ter se tornado presidente ou senador nas últimas eleições com alta probabilidade de êxito", escreveu.

Fechando com Lula

O presidente estadual do PT, Dr. Rosinha, criticou a nomeação de Moro. "A atitude de Moro só reforça que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é vítima de lawfare". O termo jurídico se refere ao abuso e mau uso das leis e dos procedimentos jurídicos para fins de perseguição política. Para o petista, as decisões dos magistrados são colocadas sob suspeição. "Moro fez política e foi parcial vestindo a toga. O juiz tirou Lula de uma eleição em que o mesmo aparecia com 40% das intenções de voto, o dobro do que tinha Jair Bolsonaro agora eleito. Todos conhecem o caráter fascista e autoritário de Bolsonaro. Preocupante é o fato de que Moro se junta a ele, assumindo a mesma identidade de quem defende prisão e exílio para quem divergir ideologicamente deles."

02 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina proteção ao Museu do Ipiranga

Priscila Mengue
Agência Estado

São Paulo - A Justiça determinou que o governo de São Paulo tome medidas emergenciais para garantir a segurança do acervo e da sede do Museu Paulista da USP (Universidade de São Paulo), mais conhecido como Museu do Ipiranga, localizado na zona sul da capital paulista. A ação civil pública foi aberta pelo Ministério Público após uma vistoria que identificou diversos riscos ao patrimônio, tais como sistema de detecção de incêndio inoperante, condutores elétricos sem isolamento e fiações elétricas expostas. Com a decisão, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e a Universidade de São Paulo precisarão realizar as 13 medidas recomendadas pela Justiça em até 15 dias. O descumprimento implica em multa diária de R\$ 50 mil. "Os fatos descritos no laudo do Ministério Público são de extrema gravidade", afirmou, em liminar, o juiz Alberto Alonso Munoz, da 13ª Vara de Fazenda Pública Central.

Dentre as determinações, estão a criação de uma brigada de incêndio, com a presença permanente de bombeiros civis no local, a desenergização de áreas de risco, a ativação dos sistemas de detecção e alarme de incêndio, o monitora-

mento das trincas existentes nos pilares de alvenaria e a interdição imediata de duas salas.

A vistoria do Ministério Público foi realizada em setembro, momento em que observou os seguintes problemas: falta de sistema de hidrantes, rachaduras, infiltrações, forro na iminência de desabar, extintores próximos à data de vencimento, fiação exposta, iluminação de emergência inoperante, acondicionamento de materiais inflamáveis sem proteção, e acúmulo de materiais combustíveis no subsolo, dentre outros.

Ao propor a ação, o Ministério Público lembrou recentes incêndios em imóveis históricos brasileiros, como o Museu Nacional (2018), o Museu da Língua Portuguesa (2015) e o Instituto Butantan (2010). "Em que pese a relevância histórica e arquitetônica, o sobredito conjunto arquitetônico não está recebendo a devida manutenção e zelo por parte do proprietário e do possuidor, razão pelo qual se encontra atualmente em estado preocupante", diz o texto.

Apresentou, ainda, informações de um laudo solicitado ao Corpo de Bombeiros, no qual são apontadas seis irregularidades. Dentre elas, estão a falta de projeto técnico de segurança contra incêndio, a não instalação de alarme de incên-

dio e a presença de extintores com carga vencida.

Parte das recomendações da Justiça já foram atendidas, diz o museu. Por meio de nota, o museu afirmou ainda não ter sido notificado da decisão. "Quanto aos apontamentos técnicos emitidos pelo referido laudo, a USP já está em tratativas com o Ministério Público para esclarecer as diversas providências já tomadas para a garantia da segurança da estrutura predial e também as providências relativas à proteção do acervo do Museu Paulista", diz.

Além disso, a nota informa que a transferência da maior parte do acervo para outros locais está em fase final. Algumas peças, contudo, permanecerão dentro do museu, tais como o quadro Independência ou Morte, de 1888, do artista Pedro Américo.

O Museu do Ipiranga está fechado desde 2013, após parte do forro ceder mais de dez centímetros e pedaços do reboco da fachada caírem. Com uma obra de restauro e ampliação prevista para começar no próximo ano, deve reabrir em 2022, nas comemorações do bicentenário da Independência.

03 NOV 2018

04 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

Denúncias de violação de direitos dos idosos aumentam 310% no PR

Negligência e violências física, psicológica e patrimonial estão entre os principais relatos

Viviani Costa
Reportagem Local

No ano em que o Estatuto do Idoso completa 15 anos, mais de 16 mil denúncias de violação de direitos dos idosos em todo o Brasil foram registradas por meio do Disque 100, serviço disponibilizado pelo Ministério dos Direitos Humanos. O volume se refere apenas ao primeiro semestre. Em 2017, foram 33.133 denúncias, sendo 15.870 casos relatados no Sudeste do País. São Paulo liderou o número de ocorrências registradas com 7.155 ligações para o Disque 100.

O Paraná ocupou a 7ª colocação entre os Estados que mais denunciaram violações de direitos dos idosos em 2017. No total, foram contabilizados 1.401 casos. A quantidade de denúncias aumentou 310% em comparação com 2011, quando o Disque 100 registrou 342 ocorrências.

Para a procuradora de Justiça do Paraná, Rosana Beraldi Bevervanço, o volume atual de denúncias representa o encorajamento

dos idosos na busca pelos direitos. No entanto, reflete também a onda crescente de violência na sociedade e dentro das próprias famílias. A procuradora ressalta que a falta de uma rede de apoio às pessoas acima de 60 anos dificulta a descoberta dos casos de violação. Segundo ela, muitas vítimas permanecem no isolamento e simplesmente não conseguem reagir e denunciar.

“O idoso é uma vítima diferenciada. Às vezes, por temor ou por vergonha, ele faz a negação daquela violência e não quer comunicar a ninguém. Às vezes, o vínculo familiar mais forte que ele tem ou até o único é estabelecido justamente com aquele que está abusando dele. Além disso, por exemplo, para a criança e o adolescente há uma rede de proteção. A criança que vai com um hematoma ou muda o comportamento na escola pode ser observada por professores, pedagogos e conselheiros tutelares. Já o idoso, em geral, está isolado em casa e é pouco observado. Isso fragiliza ainda mais a condição dele de vítima”, comenta.

A negligência e as violências física, psicológica e patrimonial fazem parte da maioria dos relatos. Os principais abusos envolvem integrantes da própria família. O perfil dos suspeitos traçado por meio dos dados do Disque 100 revela que filhos, netos, genros ou noras da vítima estão entre os mais denunciados. A maioria dos que desrespeitam os idosos tem entre 25 e 50 anos.

Já o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) contabilizou ao menos 28,9 mil novos processos protocolados nos tribunais em todo o Brasil, entre 2015 e 2017, relacionados a crimes previstos no Estatuto do Idoso. Só no Paraná, pelo menos 1.400 começaram a tramitar neste período. Os casos abrangem crimes como “discriminar pessoa idosa”; “apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso” e “abandonar o idoso em hospitais”.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A procuradora atua na área de defesa dos direitos do idoso desde 1996 e hoje coordena o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência no Paraná. Bevervanço participou da elaboração do Estatuto do Idoso, sancionado em 2003, e agora se prepara para integrar a comissão que será formada para rever os artigos da lei que completou 15 anos em outubro. A revisão deve ter início no próximo ano.

A população acima dos 60 anos ultrapassará 30 milhões de habitantes no Brasil, conforme dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Para a procuradora, são necessárias políticas públicas e ações práticas que garantam o envelhecimento com dignidade.

“O Brasil está envelhecendo e nós estamos muito atrasados. No Paraná, há a necessidade de uma delegacia do idoso. Precisamos de políticas públicas adequadas. As violações de direitos também precisam ser denunciadas. Sempre é melhor cessar um abuso no início do que vê-lo agravado. É preciso buscar ajuda”, ressalta.

Casos de violação de direitos dos idosos podem ser denunciados por meio do Disque 100 ou do telefone 181. Os relatos podem ser feitos de forma anônima. Prefeituras, conselhos municipais, Ministério Público e polícias Civil e Militar também recebem denúncias.

03 NOV 2018

04 NOV 2018

Envolvimento com drogas gera extorsão e agressão

O abuso financeiro e econômico, que está entre as principais violações citadas nas denúncias registradas pelo Disque 100, é agravado pelo uso de drogas por parte de familiares das vítimas. De acordo com o promotor de Defesa dos Direitos do Idoso em Londrina, Miguel Sogaia, a quantidade de casos em que há o envolvimento de entorpecentes tem aumentado nos últimos anos.

“Infelizmente, muitas vezes, nós nos vemos obrigados a ingressar com medidas de proteção para resguardar os direitos do idoso e para resguardar a integridade física da vítima. Geralmente são familiares que não trabalham e que exigem que os idosos forneçam dinheiro para a compra da droga. Quando esse pedido não é atendido, os familiares radicalizam partindo para furtos de

objetos e algumas vezes até agressão física”, relata o promotor.

Conforme Sogaia, os idosos recorrem ao Ministério Público em busca de internação compulsória para o familiar. “Não é um processo fácil porque há muitos requisitos a serem cumpridos, mas é, em alguns casos, a solução que nós temos encontrado. Existem situações em que há uma melhora no comportamento já durante o tratamento”, afirma.

Para os idosos que temem procurar ajuda, o promotor alerta que “a omissão só agrava o problema”. “Isso não vai se resolver sozinho. Eles não vão conseguir solucionar essa situação. Sem procurar o tratamento adequado, o familiar também não vai conseguir deixar o vício. É preciso buscar ajuda”, reforça Sogaia. (V.C.)

CONTINUA

03 NOV 2018

04 NOV 2018

FOLHA DE LONDRINA

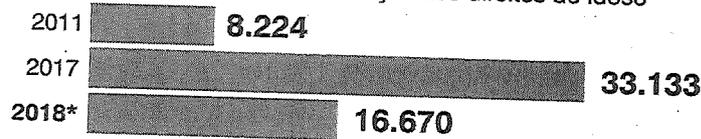
CONTINUAÇÃO

TERCEIRA IDADE

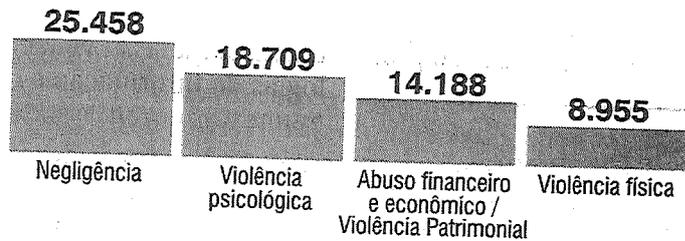
Desrespeito aos direitos dos idosos

BRASIL

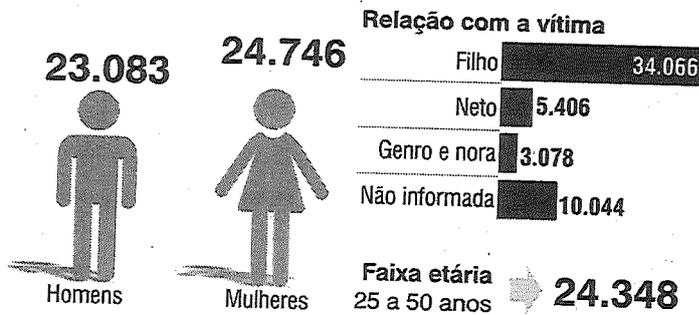
☒ Número de denúncias de violação aos direitos do idoso



☒ Principais tipos de violação denunciados em 2017

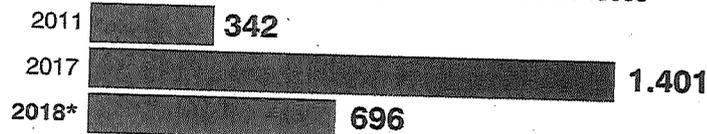


☒ Perfil dos suspeitos denunciados por violar direitos dos idosos em 2017



PARANÁ

☒ Número de denúncias de violação aos direitos do idoso



*Dados de janeiro a junho

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos - Disque 100

Folha Arte

DIRCEU CARDOSO GONÇALVES

Quem tem medo de Sergio Moro?

Ao deixar a segurança profissional de uma carreira que lhe garantia imunidades, inamovibilidade e aposentadoria tranquila, para ingressar no terreno muitas vezes minado da política, o juiz Sergio Moro troca seus esforços pessoais pela possibilidade de ajudar a consertar o País na mais correta forma da palavra. Convidado, foi ver as condições oferecidas e, diante da "carta branca" do presidente eleito, aceitou. Estão em festa os brasileiros honestos e descomprometidos com os esquemas de corrupção e crimes que levaram o País ao naufrágio. Se a eleição de Jair Bolsonaro, da forma que ocorreu - com o grosso da campanha feito diretamente pelo povo e sem qualquer remuneração - já representou uma esperança, a decisão de empoderar o homem que deu uma nova dimensão ao combate da corrupção é a primeira prova concreta de mudança.

Com o cabedal de conhecimentos acumulado na Lava Jato e as ferramentas que Bolsonaro prometeu colocar em suas mãos (Justiça, Segurança Pública, Polícia Federal, Controle de Atividades Financeiras e outros), Moro será um superministro e terá condições para colocar no passado o país do jeitinho, do compadrio, do aparelhamento ideológico e do crime cometido contra a população indefesa. Essa é a primeira vantagem de se ter eleito um presidente que não deve a eleição e, por isso, não precisa distribuir cargos a partidos e coronéis políticos. Moro é uma grande esperança e só contestam sua nomeação os que já sentiram o peso de sua autoridade e os que temem ser atingidos pela sua atuação moralizadora do aparelho de Estado e da sociedade. Felizmente, esses

são os contumazes e conhecidos criminosos de colarinho branco que, no seu tempo e hora, terão de ajustar contas com a Nação.

Espera-se, com vivo interesse, a entrevista que o futuro ministro concederá nos próximos dias, detalhando sua agenda anticorrupção, anticrime organizado e de respeito à Constituição e às leis. Com certeza, deverá priorizar as liberdades do cidadão, mas não se quedará à desobediência civil, à contestação para enfraquecimento das instituições, à greve de motivação política (já que o direito de greve é exclusivo das relações do trabalho e outras causas constituem crime) e à baderna, que levaram este país à sua mais aguda crise econômica e social.

Oxalá Paulo Guedes, o outro superministro (da Economia) já anunciado pelo presidente eleito, tenha condições de, na sua área, realizar um trabalho de alto nível como o que se vislumbra em Sergio Moro. Só esses dois ministérios, atuando dessa forma, serão capazes de dar à população as soluções que motivaram a eleição do presidente. Evidente que os demais também são importantes, mas se puderem dispor de bons resultados das novas pastas de Justiça e Economia, terão a base

ideal para realizarem um bom trabalho. A esperança que hoje move os brasileiros, depois das decepções dos últimos anos, não tem paralelo na história republicana. E o mais importante: tudo sem abrir mão da democracia...

TENENTE DIRCEU CARDOSO GONÇALVES,
dirigente da Associação de Assistência Social
dos Policiais Militares de São Paulo

“

Moro é uma grande esperança e só contestam sua nomeação os que já sentiram o peso de sua autoridade”

CLAUDIO HUMBERTO

“É o que a sociedade faria, se consultada”

Ministro Luiz Fux (STF) sobre a indicação de Sérgio Moro para o Ministério da Justiça

02 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Sergio Moro na Justiça



Ao escolher o juiz Sergio Moro para o Ministério da Justiça, o presidente eleito Jair Bolsonaro foi coerente com seu discurso de campanha, fortemente marcado pela promessa de combate à corrupção – e, como se sabe, esse combate, simbolizado pela Operação Lava Jato, teve naquele magistrado um de seus próceres nos últimos quatro anos. “Sua agenda anticorrupção, anticrime organizado, bem como respeito à Constituição e às leis, será o nosso norte!”, escreveu Bolsonaro no Twitter ao dar a notícia, ainda em tom marcadamente eleitoral.

Já Sergio Moro, ao aceitar o convite, declarou que o fez porque sua ida para o Ministério da Justiça, “na prática, significa consolidar os avanços contra o crime e a corrupção dos últimos anos e afastar riscos de retrocessos por um bem maior”. Ou seja, a Operação Lava Jato, que já tinha assumido traços nitidamente políticos em razão da ação militante de alguns de seus procuradores contra toda a classe política, terá agora status de Ministério.

Mais do que isso: se for confirmado o desenho do Ministério da Justiça projetado por Bolsonaro, Sergio Moro terá autoridade extraordinária em áreas importantes. A pasta poderá absorver o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e o Ministério da Segurança Pública, além do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), hoje vinculado ao Ministério da Fazenda.

O futuro ministro, além das funções inerentes à proteção da ordem jurídica, próprias do Ministério da Justiça, poderá ter sob sua gestão a estrutura do Ministério da Segurança Pública, que inclui o comando da

Polícia Federal e do sistema penitenciário, e também o controle interno do governo federal para prevenir e combater a corrupção nos diversos órgãos da administração, que é a função do atual Ministério da Transparência. Caso o novo Ministério inclua o Coaf, atuará também na prevenção e combate à lavagem de dinheiro. É um poder e tanto, que poucas pessoas no País estariam preparadas para exercer. Não se sabe se Sergio Moro terá a necessária familiaridade com os meandros da administração pública e o traquejo necessário à convivência sadia com políticos profissionais, por melhor que possa ter sido seu desempenho à frente da Operação Lava Jato.

Ademais, o juiz Sergio Moro sempre se apresentou, ao longo de sua trajetória na Lava Jato, como um magistrado orgulhoso de seu distanciamento do mundo político. Em 2016, Moro chegou a dizer, em entrevista ao *Estado*, que não tinha a menor intenção de entrar para a política, embora, já na ocasião, muitos fossem os apelos para que mudasse de ideia. “Não, jamais. Jamais. Sou um homem de Justiça e, sem qualquer demérito, não sou um homem da política. Acho que a política é uma atividade importante, não tem nenhum demérito, pelo contrário, existe muito mérito em quem atua na política, mas eu sou um juiz, eu estou em outra realidade, outro tipo de trabalho, outro perfil. Então, não existe esse risco”, disse o magistrado – que, em seguida, ao comentar a fama que havia adquirido por conta da Lava Jato, disse que aquilo não o afetava e citou “um velho ditado do latim que diz *sic transit gloria mundi*, basicamente ‘a glória mundana é passageira’”.

Ao que parece, o magistrado desconsiderou as lições dessa sábia expressão ao aceitar o convite do pre-

sidente eleito. Há muito tempo a Lava Jato vem extrapolando seus limites e objetivos, exercendo influência direta na política ao criminalizar políticos de praticamente todos os partidos – o que, de certa forma, abriu caminho para a ascensão de Jair Bolsonaro, um deputado do baixo clero que construiu sua candidatura com base num violento discurso antissistema.

A nomeação de Sergio Moro para o Ministério da Justiça, com a promessa de concentrar imensos poderes, atende plenamente aos objetivos imediatos de Jair Bolsonaro, materializando suas promessas palanqueiras de combate à corrupção; já para o futuro ministro e para o País, a médio e longo prazos, a manobra oferece substanciais riscos – que oxalá não se concretizem. A ânsia nacional de moralização dos hábitos políticos e administrativos não pode ser frustrada.

02 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

'Moro me ajudou politicamente', afirma Bolsonaro

Em entrevista em sua casa, presidente eleito também se refere a juiz da Lava Jato como 'soldado que vai à guerra sem medo de morrer'

Roberta Pennafort / RIO

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), definiu ontem o juiz Sérgio Moro como um "soldado que está indo à guerra sem medo de morrer" e afirmou que o magistrado terá mais poderes para combater a corrupção e o crime organizado no Ministério da Justiça do que teve até hoje à frente da 13ª Vara Federal Criminal em Curitiba. Em entrevista concedida ontem em sua casa, no Rio de Janeiro, Bolsonaro se comparou a seu futuro ministro e disse que "cresceu politicamente" a partir de episódios como a Operação Lava Jato e o escândalo do mensalão.

"O trabalho dele foi muito bem feito. Em função do combate à corrupção e à Operação Lava Jato, as questões do mensalão, entre outras, me ajudaram a crescer, politicamente falando", disse o presidente eleito.

Bolsonaro descartou a possibilidade de a Lava Jato ser enfraquecida com a saída de Moro de Curitiba, alegando que outros juizes vão assumir o trabalho que vinha sendo feito pelo futuro ministro. A magistrada substituta na 13ª Vara Federal de Curitiba, Gabriela Hardt, ficará à frente dos processos até que seja escolhido um novo juiz titular (mais informações à pág. A8). O presidente eleito - que depois do atentado sofrido em setembro passado passou a contar com forte esquema de proteção

● Ajuda

"Temos de reconhecer o trabalho dele. É um homem que perdeu a liberdade de comprar pão na padaria."

"Em função do combate à corrupção e à Lava Jato, as questões do mensalão, entre outras, me ajudaram a crescer, politicamente falando."

"Não ficou combinado, mas ele, tendo um bom sucessor, estamos abertos a isso (*ida de Moro para o STF*)."

Jair Bolsonaro

PRESIDENTE DA REPÚBLICA ELEITO

em todos os seus deslocamentos - também comparou as restrições de segurança sofridas pelo magistrado às suas.

"Temos de reconhecer o trabalho dele. É um homem que perdeu a liberdade de comprar um pão na padaria, de passear com a família no shopping. Costumo dizer que não só ele, como eu, temos menos direito do que alguém com uma tornezeleira, tendo em vista a questão da segurança."

Supremo. Na eventualidade de abertura de uma futura vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente eleito disse que não teria problema em perder o ministro par nomeá-lo para o posto. Em 2020, ao completar 75 anos, o ministro Celso de

Mello terá de se aposentar compulsoriamente. No ano seguinte, outra vaga se abrirá com a saída de Marco Aurélio Mello.

"Não ficou combinado, mas ele, tendo um bom sucessor, estamos abertos a isso (*ida de Moro para o STF*). A decisão dele é difícil, está abrindo mão da carreira, 22 anos de serviço, para enfrentar um desafio. Não tem compromisso de tempo. Para mim, ele fica ad eternum lá (*no ministério*)", afirmou ele.

Questionado se Moro seria um "xerife" de seu governo, respondeu: "Se você quiser dar esse nome para ele...". Na sequência, afirmou que não haverá interferências suas no caso de aliados que se envolvam em casos de corrupção. "Vai para o pau. Sem problema nenhum."

Ao falar de críticas feitas por líderes do PT à indicação de Moro para novo o governo, disse que, "se estão reclamando, é porque fiz a coisa certa".

CONTINUA

02 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Superministério. A exemplo de Paulo Guedes, que assumirá o novo Ministério da Economia (que vai consolidar as atribuições que eram antes da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio), Moro irá assumir um superministério, com poderes ampliados. Entre outras mudanças já definidas por Bolsonaro, a pasta da Justiça terá agora a responsabilidade de cuidar também da Segurança Pública, à qual estão vinculados órgãos como a Polícia Federal, a Polícia Federal Rodoviária e a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Questionado sobre a falta de experiência de Moro com assuntos relacionados à área de segurança, Bolsonaro respondeu que o juiz terá “ampla liberdade para escolher” nomes para cargos do ministério, como o do chefe da Polícia Federal. “Eu o vi como se fosse um jovem universitário recebendo seu diploma. Está com muita vontade de levar avante sua agenda.”

Bolsonaro disse ainda que Moro, na condição de juiz, nunca aceitou pressões ao tomar decisões. “Botou (*na prisão*) gente que nunca poderíamos imaginar ser presa por dez minutos. Foi fundo com seu conhecimento, investigando e punindo, em primeira instância, sem aceitar pressão de quem quer que seja”, disse o presidente eleito.

Uma vez aceito o convite para assumir o Ministério da Justiça, Moro deverá participar das reuniões de transição de governo, a partir da semana vem, em Brasília. Segundo Bolsonaro, o juiz irá se aposentar de forma proporcional e gozar de férias atrasadas.

02 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Juristas e políticos repercutem anúncio

Em meio a elogios ao currículo de Moro há o temor de que sua ida para o 'superministério' da Justiça esvazie os trabalhos da Lava Jato

Juristas, especialistas em Direito e políticos comentaram a ida de Sérgio Moro para o "superministério" da Justiça do futuro governo Bolsonaro, anunciada ontem. Entre elogios ao currículo e à competência do juiz federal, há também o temor de que a Lava Jato seja esvaziada com o desligamento de Moro das investigações em Curitiba.

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ao *Broadcast Político* que Jair Bolsonaro acertou na escolha. "Eu, no lugar dele, também tentaria compor uma grande equipe, inclusive com o juiz Sérgio Moro", disse.

Para o ministro Luiz Fux, a escolha "foi a que a sociedade brasileira faria, se consultada" e que a ida de Moro para o "superministério" foi "por genuína meritocracia".

Para um terceiro ministro do STF, que pediu para não ser identificado, a escolha de Moro foi uma "jogada de marketing" do governo Bolsonaro – com data de validade – e colocará o magistrado no centro do debate político, vulnerável a críticas sobre a sua futura gestão.

O professor de Direito Público Carlos Ari Sundfeld, da Fundação Getúlio Vargas, acredita que o nome de Moro é uma aposta no simbolismo. "Ele esteve envolvido em processos importantes anticorrupção, então, a aposta de Bolsonaro e do juiz é no simbolismo de ter uma figura como a de Moro no Poder Executivo", analisa. "Um simbolismo contra o crime e a corrupção."

Sundfeld aponta que a indicação, porém, pode acentuar o risco de que a atuação do Poder Judiciário no País seja questionada em função da ligação com um governo.

A advogada constitucionalista Vera Chemim vê riscos à continuidade da Operação Lava Jato com a ida do juiz federal para Curitiba. "É preciso ver quem vai substituí-lo."

O também especialista em Direito Constitucional Marcellus Ferreira Pinto acredita que Moro "vai viabilizar um ganho de eficiência e de efetividade" por ter conhecimento e experiência em relação à Lava Jato.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou ontem considerar "um ganho" ter Sérgio Moro no Executivo. "Acho que é alguém que tem toda a autoridade e legitimidade", disse. Ele contou que Sérgio Moro deverá ir a Brasília na próxima semana para se reunir com integrantes da pasta e iniciar a transição.

Ao aceitar o convite, Moro afirmou que terá "forte agenda anticorrupção e anticrime". "Quanto a uma cruzada contra a corrupção e o crime, só tenho a aplaudir. É tudo o que eu quero", disse Jungmann.

Lava Jato. O coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, o procurador da República Deltan Dallagnol comemorou a decisão do juiz. "Há muito tempo falo que, hoje, é mais importante para o País mudar o ambiente que favorece a corrupção do que futuros resultados da Lava Jato", escreveu Dallagnol, em longo texto publicado em uma rede social logo após o

nome de Moro ser anunciado.

Responsáveis pela Lava Jato no Rio e em Brasília, os juizes Marcelo Bretas e Vallisney de Souza Oliveira, respectivamente, também comemoraram a decisão de Moro de integrar o novo governo.

Políticos. A confirmação do nome de Sérgio Moro também movimentou o mundo político. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu em suas redes sociais que o juiz é um "homem sério", mas disse que preferia vê-lo no Supremo. "Fusões de ministérios sim, com prudência. Já vimos fracassos colossais. Torço pelo melhor, temo que não, sem negativismos nem adesismos."

A escolha de Bolsonaro também rendeu críticas nas redes. A presidente cassada Dilma Rousseff (PT) afirmou que Moro condenou e determinou a prisão do ex-presidente Lula "sem provas" e inviabilizou a sua candidatura. "Agora, anuncia que largará a magistratura para ser ministro do governo que viabilizou a eleição com suas decisões. O rei está nu", escreveu. / RAFAEL MORAES MOURA, TEO CURY, RICARDO BRANDT, ADRIANA FERRAZ, PAULO BERALDO, MARIANA HAUBERT, FABIO SERAPIÃO, JULIA AFFONSO e ROBERTA PENNAFORT

• 'Gol'

A ex-ministra do STJ Eliana Calmon disse ser "impossível pensar" que Moro agiu politicamente até agora. "Foi

um gol de placa. E Moro teve coragem de largar tudo para assumir o cargo."

O ESTADO DE S. PAULO

MARCELO DE MORAES

Brasília será um desafio para juiz

02 NOV 2018

Dezenas de pessoas passaram pelo posto de ministro da Justiça. Poucas podem se orgulhar de ter “sobrevivido” ao cargo, tamanhas as dificuldades. No atual desenho, a pasta acabou sendo esvaziada, mas no governo de Jair Bolsonaro a Justiça voltará a ser um ministério forte, repleto de poderes. E de problemas sem-fim.

É esse desafio que espera por Sérgio Moro, quando sentar na cadeira de ministro, deixando para trás o papel de protagonista no combate à corrupção via Operação Lava Jato. Em Curitiba, o juiz tomou decisões duríssimas, como a condenação à cadeia do ex-presidente Lula. Mas o jogo em Brasília pode ser tão complexo quanto isso.

É importante primeiro saber qual será o tamanho do novo Ministério da Justiça. Se ficar com órgãos de combate à corrupção, como Coaf e CGU, por exemplo, Moro terá afinidade para administrar essas tarefas. Mas o juiz poderá encontrar outros ossos bem mais duros para roer à frente da pasta. Um exemplo do que o seu ministério poderá precisar abraçar: intervenção militar na segurança do Rio; conflitos com a imigração de venezuelanos na fronteira com Roraima; rebeliões em presídios; crescimento do crime organizado; comando da Polícia Federal; conflitos entre trabalhadores sem-terra e agricultores; conflitos indígenas. O que nunca faltou para a Justiça, em Brasília, foi problema.

Moro também traz na bagagem popularidade igual ou até superior à do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Seu status imediato é de superstar do novo governo. E, como se sabe, esse prestígio costuma provocar enorme ciúmeira.

Para Bolsonaro, foi um movimento muito positivo conseguir levar para seu governo uma pessoa com tamanho apoio popular. Mas também deixa a relação entre os dois equilibrada em bases frágeis. Se Moro tomar alguma atitude que o presidente eleito não aprove, será criticado publicamente? Será demitido? Como será a reação popular a isso? E se Moro não concordar com algum gesto de Bolsonaro? Vai peitar o chefe? São dúvidas e desafios que Moro terá de enfrentar em Brasília, que está habituada a catapultar para a glória e para o esquecimento carreiras fulgurantes.

CNJ analisa três representações contra juiz

02 NOV 2018

Rafael Moraes Moura
Teo Cury / BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) analisa a atuação do juiz da 13.^a Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, no âmbito da Operação Lava Jato em três episódios: na divulgação de parte da delação do ex-ministro Antonio Palocci antes do primeiro turno das eleições deste ano, na interferência em relação à ordem de soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo desembargador Rogério Favreto e por ter autorizado a divulgação de interceptação telefônica de conversa entre Lula e Dilma Rousseff, em 2016.

O corregedor nacional de Justiça, Humberto Martins, disse ontem que os procedimentos disciplinares dos quais Moro é alvo serão “analisados no tempo certo”. “O corregedor nacional analisará tudo dentro do tempo, independentemente de ser indicado ministro, não ser indicado. Não sei nem qual será a minha decisão, vou analisar caso a caso”, disse.

Três conselheiros ouvidos reservadamente pelo *Broadcast Político*, no entanto, divergem sobre o destino dos procedimentos instaurados pelo órgão para apurar a conduta de Moro na Lava Jato. Para um deles, os casos devem ser extintos no CNJ após a exoneração de Moro. Outro conselheiro acredita que há precedente para permitir a continuidade do processo, mesmo com o desligamento do juiz de suas funções. Um terceiro avalia que a questão está em aberto e pode ser discutida pelo plenário do CNJ.

No caso mais recente, envolvendo a delação de Palocci, Moro afirmou ao CNJ não ter “inventado” o depoimento. Sobre o episódio da soltura de Lula, disse que agiu para evitar “situação de risco” e em relação à divulgação da conversa entre Lula e Dilma, alegou ter agido “em nome da transparência”.

02 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Guedes conversou com juiz, diz presidente eleito

Segundo Bolsonaro, seu futuro ministro da Economia foi o responsável pela aproximação com Moro

RIO

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), não disse ontem em que momento foi feito o contato com o juiz Sérgio Moro para que ele assumisse o Ministério da Justiça e Segurança Pública, se antes ou depois das eleições. “Não tem nada a ver se foi uma semana antes das eleições, um dia antes”, declarou.

Moro foi procurado pela campanha “há algumas semanas”,

segundo o vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, disse à *Folha de S. Paulo* – a informação foi confirmada pelo Estado.

A aproximação do juiz ficou a cargo do economista Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, segundo Bolsonaro. “Paulo Guedes que conversou com ele (Moro) depois da campanha.” Disse ainda que não sabia da declaração de seu vice sobre a data da sondagem. “Tenho pouco contato com o Mourão, estou aprofundando agora.”

Bolsonaro afirmou que nunca havia falado com Moro sobre sua ida para o governo ou para o Supremo Tribunal Federal, antes da eleição. Procurada, a assessoria de Moro informou que ele não se pronunciaria ontem.

“Eu nunca estive com Sérgio Moro até seis meses atrás, num encontro no aeroporto”, disse Bolsonaro, em referência a um episódio ocorrido, na verdade, no ano passado. “Logicamente, ficou meio estranha aquela situação. Mas 15 dias depois, ele ligou e falei quase 20 minutos com ele. Foi desfeito o mal-entendido. Falei que ele tinha que ter comportamento como aquele mesmo, porque afinidade com política poderia dar margem a críticas futuras.”

A reunião de Moro e Bolsonaro foi fechada. O juiz foi à residência do presidente eleito, na Barra da Tijuca, no Rio, e eles conversaram por cerca de 40 minutos. O Estado apurou que o clima do encontro foi só de acertos finais, como se uma combinação prévia já tivesse sido firmada. Antes de voltar para Curitiba, Moro almoçou com o economista no Gávea Golf Clube

CONSTANÇA REZENDE e R.P.

Em 2016, juiz descartou entrar para a política

Liz Batista

“Jamais entraria para a política.” A declaração do juiz federal Sérgio Moro, magistrado responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância da justiça, foi feita durante entrevista concedida ao Estado publicada no dia 6 de novembro de 2016. Na ocasião, o magistrado foi questionado se se candidataria a um cargo eletivo ou se entraria para a política.

“Não, jamais. Jamais. Sou um homem de Justiça e, sem qualquer demérito, não sou um homem da política. Acho que a política é uma atividade importante, não tem nenhum demérito, muito pelo contrário, existe muito mérito em quem atua na

política, mas eu sou um juiz, eu estou em outra realidade, outro tipo de trabalho, outro perfil. Então, não existe esse risco”, respondeu Moro na entrevista.

PRONTO, FALEI!



Torquato Jardim
Ministro da Justiça

“Da retidão do caráter e notável competência do juiz sabemos todos. São traços que permitem antecipar uma grande gestão”, sobre Moro no Ministério da Justiça.

02 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Defesa prepara HC para Lula alegando parcialidade de Moro

Lideranças do PT dizem que ida de juiz para ministério comprova tese de que suas decisões tiveram motivação política

Ricardo Galhardo

A escolha de Sérgio Moro para o Ministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro será usada como argumento de defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso pela Lava Jato. Ontem mesmo, pouco depois de o juiz aceitar o convite, os advogados de Lula começaram a preparar um habeas corpus a ser protocolado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo pessoas com acesso à defesa de Lula, os advogados vão alegar que a ida de Moro para o ministério comprova a tese de que o juiz foi parcial e tinha motivações políticas para condenar o ex-presidente e tirá-lo da corrida presidencial.

Um dos argumentos será a declaração do vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, de que o convite a Moro foi feito ainda durante a campanha eleitoral e que o juiz liberou a delação do ex-ministro Antonio Palocci, cujo principal alvo é Lula, apenas seis dias antes do primeiro turno das eleições.

A avaliação no PT é que a ida de Moro para o governo Bolsonaro fecha a narrativa pela qual o juiz condenou Lula sem provas com o objetivo de tirá-lo da disputa eleitoral.

“É uma indecência. Mostra claramente que ele (Moro) sempre misturou a atividade jurisdicional dele com a política”, disse o deputado Wadiah Damous (PT-RJ), que integra a defesa do ex-presidente.

A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, visitou Lula em Curitiba ontem e, na saída,

disse que o ex-presidente está “indignado com a nomeação de seu algoz” para o primeiro escalão do governo Bolsonaro. Segundo ela, Lula disse que “em vez de apresentar prova contra mim, aceita ser ministro”.

Pela narrativa do PT, Moro age com motivações políticas desde que tornou público o grampo entre Lula e a então presidente Dilma Rousseff, em março de 2016, passando pela condenação e prisão de Lula e culminando com a ida do juiz para o ministério.

“Ao aceitar o convite para ser ministro da Justiça, Moro revelou definitivamente sua parcialidade como juiz e suas verdadeiras opções políticas. Sua máscara caiu”, diz nota do PT.

O partido vai pedir do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) coloque em pauta a denúncia feita pelas bancadas petistas no Congresso sobre supostas irregularidades na divulgação do grampo entre Lula e Dilma.

Ontem o advogado do petista, Cristiano Zanin Martins, disse em nota que “a formalização do ingresso do juiz Moro na política e a revelação de conversas por ele mantidas durante a campanha com a cúpula da campanha do presidente eleito provam definitivamente o que sempre afirmamos: Lula foi processado, condenado e encarcerado sem que tenha cometido crime, com o claro objetivo de interdita-lo politicamente”.

• Opções

“Ao aceitar o convite para ser ministro da Justiça, Moro revelou definitivamente sua parcialidade como juiz e suas verdadeiras opções políticas. A máscara caiu.”

NOTA PÚBLICA DO PT

02 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

O soldado Moro

Mercado e redes comemoram
Moro na Justiça, mas o PT vai
passar de palavras a atos

Petistas, esquerdistas, condenados, investigados, juristas e advogados reagiram mal à ida do juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça de Jair Bolsonaro, mas, mais uma vez, eles estão em minoria e, no fim, o PT vai ficar falando sozinho. A grande maioria, principalmente nas redes sociais e no mercado financeiro, não foi só a favor, mas entusiasticamente a favor da novidade.

Segundo Bolsonaro, Moro agiu como “soldado, indo à guerra sem medo de morrer”. De fato, Moro sabia que os ataques seriam implacáveis, mas balançou os prós e contras e

assumiu a trincheira com inimigos definidos, objetivos claros e a ambição de reunir todo o aparato federal possível para jogar o combate à corrupção e ao crime organizado no centro do governo e da própria agenda política.

Ao resgatar para a Justiça o recém-criado Ministério da Segurança Pública, Moro terá uma Polícia Federal fortalecida, a Controladoria-Geral da República e, se a lei permitir, também o Coaf, unidade de inteligência para detectar movimentações atípicas e crimes financeiros transnacionais.

Assim, Moro deixa de ser o juiz de Curitiba e passa a ser o principal responsável pelo combate à corrupção na administração pública e o “xerife” contra organizações criminosas que pululam pelo País afora. Lutará também por novas regras anticorrupção, contra a lei de abuso de autoridade e para evitar retrocessos na Lava Jato. Com ele, vai ser difícil “estancar a sangria”.

Moro nem deve ter se dado conta disso, mas pode vir também a ter um papel adicional: funcionar como escudo contra quaisquer ameaças ou investidas verbais contra o estado democrático de direito. Por mais que tenha divergências, até rugas, com um ministro ou outro, nesse caso cerrará fileiras com o Supremo pela Constituição.

Bolsonaro, que disparou graças à condenação firme à corrupção, prometeu aparato e munição a Moro, seu

maior troféu na formação do Ministério. Estava tão feliz pelo golaço que ontem mesmo deu entrevista coletiva, leve, coloquial. Só errou ao barrar os jornais, uma implicância boba. E aticou a curiosidade ao admitir que tem “pouco contato” com o vice, general Hamilton Mourão, mas isso é outra história.

A ida de Sérgio Moro para a Justiça, porém, ainda vai dar muito pano para a manga da oposição, particularmente do PT. Ontem, petistas diziam que “caiu a máscara” de Moro e enumeravam decisões que tomou como magistrado que, segundo eles, prejudicaram diretamente o ex-presidente Lula, preso em Curitiba e impedido pela Lei da Ficha Limpa de concorrer contra Bolsonaro na eleição.

Segundo eles, tudo está explicado. O vazamento da conversa entre a então presidente Dilma Rousseff e Lula às vésperas da nomeação dele para a Casa Civil, com o foro privilegiado de brinde, além da divulgação de parte da delação premiada do ex-ministro Antonio

Palocci contra Lula e o PT bem no meio da eleição. Agora, o partido promete passar das palavras aos atos, ou melhor, às ações para tentar até mesmo anular a condenação – logo, a prisão – de Lula.

Não dará em nada, mas chateia, cria saias, ou melhor, “togas-justas” no Supremo e engrossa o discurso de entidades internacionais que até agora ainda querem acreditar que o impeachment de Dilma foi “golpe” e que Lula é “preso político”.

Como se diz no jargão da economia, Moro já tinha precificado essa reação e essas acusações antes de desembarcar no Rio ontem para dizer sim a Jair Bolsonaro. Além da vaidade, da ambição profissional e do sonho de se firmar para sempre como o líder do combate à corrupção – tudo isso legítimo –, Moro aceitou o cargo com duas certezas: a de que dará um choque na corrupção sistêmica e a de que o Brasil nunca será como antes. Boa sorte!

03 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Respeito ao teto

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) declarou inconstitucional uma alteração feita na Constituição do Estado de São Paulo para estabelecer um novo teto para o salário do funcionalismo público estadual e municipal. Além de impedir um significativo aumento das despesas estaduais – estima-se que a medida teria um impacto de até R\$ 680 milhões nos cofres públicos –, a decisão do Tribunal de São Paulo reitera os termos da Constituição de 1988, que define com clareza qual é o valor máximo dos salários do funcionalismo.

Em junho deste ano, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a Emenda Constitucional 46/2018 que fixava uma nova redação para o art. 115, XII da Constituição estadual: “Para efeitos do disposto no § 12 do artigo 37 da Constituição Federal, fica fixado como limite único da remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, no âmbito do Estado de São Paulo e seus municípios, abrangendo os Poderes Judiciário, Legislativos e Executivos, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Tribunais de Contas, o valor do subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça deste Estado, não se aplicando o disposto neste inciso aos subsídios dos Deputados Estaduais e Vereadores”.

Com isso, o teto remunerató-

rio do funcionalismo estadual deixava de ser o salário do governador do Estado, que é hoje de R\$ 22,4 mil, para ser o subsídio-base dos desembargadores, de R\$ 30,4 mil. Com essa alteração legislativa, ampliou-se o limite máximo salarial em mais de 35% do funcionalismo estadual e de todos os 645 municípios paulistas.

Além de estar alheia à realidade nacional – enquanto o País tenta superar sua maior crise econômica, com a população sofrendo graves consequências, os deputados aumentam o teto remuneratório dos funcionários públicos –, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo mostrou-se preocupada com o equilíbrio das contas públicas. Certamente, não era hora de tomar nenhuma medida que aumentasse as despesas públicas.

Precisamente para evitar esse tipo de manobra, o legislador constituinte foi preciso ao estabelecer o teto remuneratório estadual. Aplica-se, nos Estados, como limite da remuneração de todo o funcionalismo público “o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos mem-

bro do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos” (art. 37, XI).

A Constituição de 1988 também prevê que “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo” (art. 37, XII).

No caso, a ampliação do teto foi contestada pelo prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB), que ajuizou no TJSP uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Emenda Constitucional 46/2018. Além de desrespeitar a Constituição de 1988, a alteração feria a própria Constituição do Estado de São Paulo, já que a iniciativa da mudança partiu de deputados estaduais e a Constituição paulista estabelece competência privativa do governador para propor emendas relativas ao teto remuneratório dos servidores públicos. Em junho, o relator proferiu decisão liminar para suspender os efeitos da alteração para os municípios e, agora, o Órgão Especial do Tribunal julgou procedente, por unanimidade, a Adin.

Como se vê, é preciso vigilância na defesa do teto constitucional. O País tem um enorme déficit fiscal, o funcionalismo público desfruta de benesses inacessíveis ao restante da população e mesmo assim há quem tente ampliar suas vantagens. Que a Justiça não tema em fazer valer a lei para todos – também para os funcionários públicos.

03 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Moro já terá segurança da PF durante transição

A Polícia Federal fará a segurança de Sérgio Moro já durante o período de transição. Para assumir o Ministério da Justiça, o juiz terá de se desligar da magistratura e perderá a escolta oferecida pela Justiça Federal. A autorização para que o “cidadão” Moro ganhe a proteção, mesmo antes de assumir a pasta, será dada pela direção-geral da PF. Ele já recebeu inúmeras ameaças devido ao seu trabalho na condução da Operação Lava Jato. “Eu e ele temos menos direitos do que alguém com a tornozeleira que está andando por aí”, resumiu Bolsonaro.

● **Blindagem.** Por causa da Lava Jato, Moro se viu obrigado a usar carro blindado e a só sair de casa acompanhado de escolta armada. A Polícia Federal era acionada quando o magistrado viajava ou em momentos mais críticos da operação.

● **Perguntem.** Moro convocou a imprensa para uma entrevista coletiva na próxima terça. Quer esgotar dúvidas sobre sua decisão de entrar no governo e contar seus planos para a pasta.

● **Sem crise.** Antes de Moro ser escolhido ministro da Justiça, o grupo de militares da reserva que auxilia Bolsonaro já havia indicado um técnico para ser o responsável na transição por reunir dados da segurança pública. Dizem, porém, que Moro poderá escolher outro se quiser.

Para Toffoli, juízes assumem sem experiência

Beatriz Bulla

ENVIADA ESPECIAL / NOVA YORK

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou ontem que os juízes brasileiros assumem o cargo ainda jovens “sem ter socializado” e antes de adquirir “conhecimento da realidade”. O ministro participa nos Estados Unidos do evento *II Law and Economics*, organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a Universidade de Columbia. Toffoli não comentou a indicação do juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça no futuro governo Jair Bolsonaro.

“Nós recrutamos juízes no Brasil que são recém-formados, 23, 24, 25 anos, sem experiência de vida, sem socialização, o que significa que o juiz se socializa, conhece o mundo já tendo uma caneta com peso enorme de poder, mas ainda sem a socialização que lhe dá a devida responsabilidade”, afirmou Toffoli.

Toffoli defendeu a ênfase no diálogo com universidades e a formação dos bacharéis de direito que vão assumir cargos públicos. “Aquele garoto se torna uma autoridade aos 25 anos de idade, que ainda não tem conhecimento geral do que é a realidade, ele ainda está se formando e passa a ter o poder de afastar uma lei, um contrato, em nome de princípios constitucionais sem ter ideia do impacto daquele ato para toda a sociedade e não só para as partes que estão ali em um específico litígio”, afirmou.

04 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça. Magistrado avalia nomes da Polícia Federal e da Receita para compor a sua equipe no novo governo; orçamento da pasta vai chegar a R\$ 4,8 bi, o maior da década

Moro quer integrantes da Lava Jato no ministério

Fausto Macedo
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA
Fábio Serapião

O juiz Sérgio Moro vai levar para o Ministério da Justiça integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato. O magistrado já avalia nomes ligados à Polícia Federal, que voltará a ficar sob o comando da pasta, e à Receita Federal. Para colocar em prática a promessa de uma “agenda anticorrupção e anticrime”, Moro terá o maior orçamento da pasta nesta década. Serão R\$ 4,798 bilhões em 2019, 47% a mais do que a dotação autorizada para este ano. Ao mesmo tempo, herdará um déficit de pessoal em órgãos como a Polícia Rodoviária Federal.

Na quinta-feira passada, o magistrado aceitou o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para integrar o futuro governo. Antes da oficialização do seu nome, Moro e Bolsonaro conversaram na sala da casa do deputado na Barra da Tijuca, no Rio.

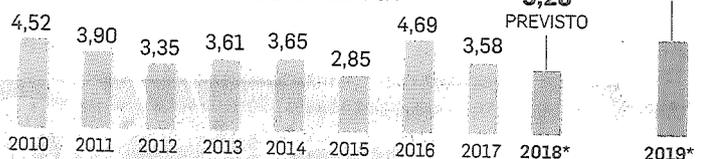
Por meia hora, a discussão teve a participação do economista Paulo Guedes, que vai comandar o novo Ministério da Economia. Depois, por 40 minutos, Bolsonaro e Moro ficaram sozinhos discutindo pontos prioritários do governo. Após o encontro, em coletiva, Bolsonaro disse que eles estavam alinhados: “Chegamos a um acordo de 100% em tudo”.

Além de nomes da Polícia Federal e da Receita, o juiz tem afirmado interlocutores que gostam

ORÇAMENTO DA PASTA

Recursos

EM BILHÕES DE REAIS, CORRIGIDOS PELO IPCA



*CONSIDERA A SOMA DOS VALORES PARA AS ÁREAS DE SEGURANÇA E JUSTIÇA, QUE FORAM SEPARADAS A PARTIR DE 2018

FONTE: CONSULTORIA DE ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ria de contar com “um ou dois nomes” ligados ao Ministério Público Federal, mas admite que a participação de representantes desse braço da Lava Jato é “mais complicada” porque dependeria de exoneração de cargos.

Moro deve começar a analisar a estrutura do ministério assim que a equipe de transição começar a repassar os dados. Na terça-feira, ele concede a primeira entrevista coletiva para falar dos seus planos à frente da pasta.

Orçamento. Moro vai assumir uma pasta ampliada e com órgãos de combate à corrupção que estão atualmente em outros ministérios, como a PF e parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Por conta disso, ganhou também um orçamento mais robusto. Os R\$ 4,7 bilhões que terá à disposição dizem respeito apenas a gastos discricionários, ou seja, despesas de custeio e investimento que poderão ser livremente administradas pelo chefe da pasta. Os valores não

são comprometidos, por exemplo, com salários de servidores, inscritos na categoria de gasto obrigatório.

Mesmo com as severas restrições fiscais que impactam o orçamento federal, o valor disponível em 2019 para Justiça e Segurança Pública será inclusive maior que os R\$ 4,693 bilhões do orçamento de 2016, ano no qual os gastos nas áreas foram inflados pela organização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O aumento de recursos para as duas áreas vai na contramão do arrocho no Orçamento do próximo ano. O gasto discricionário total para 2019 terá uma redução de R\$ 13,432 bilhões em relação ao volume disponível neste ano. Entre as áreas que terão menos recursos para gastos administrativos e investimentos estão Transportes, Integração Nacional, Cidades, Turismo e Desenvolvimento Social.

CONTINUA

04 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A diferença é explicada pela atenção maior que o tema da segurança pública ganhou no governo de Michel Temer, que em fevereiro deste ano criou um ministério próprio para a área.

Outros órgãos que podem ser incorporados pelo superministério de Moro também terão verba maior no ano que vem. Para 2019, os recursos previstos para a Controladoria-Geral da União (CGU) somarão R\$ 110,843 milhões, um crescimento de 16% em relação a este ano e o maior valor desde que o órgão passou a ter orçamento próprio, em 2013.

Déficit. Mesmo neste cenário de um orçamento maior, Moro terá de administrar déficit de pessoal em alguns dos órgãos sob a tutela da superpasta. Responsável pelas investigações de combate ao crime organizado ligado ao narcotráfico e ao desvio de verbas públicas, prioridades do futuro ministro, a PF tem um déficit de ao menos 4 mil vagas, segundo a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF).

A entidade diz que a previsão legal é de um quadro de funcionários com aproximadamente 15.200 policiais e 3.100 servidores administrativos. Atualmente, há apenas um concurso em andamento que prevê a contratação para 500 vagas. Já no Coaf, órgão responsável por mapear e informar as autoridades sobre transações financeiras suspeitas, há um déficit histórico de pessoal. O conselho é composto por 40 pessoas. Uma proposta para aumento do efetivo já havia sido encaminhada para o Ministério da Fazenda.

COLABOROU CONSTANÇA REZENDE

04 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

'Cadeia, por si só, não resolve', afirma criminalista

• 'Condições'

"O juiz Sérgio Moro reúne amplas condições para assumir o Ministério da Justiça."

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira

CRIMINALISTA



Para o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Ministério da Justiça não se resume à questão da segurança pública

O criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira afirma que o juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, "reúne amplas condições para assumir o Ministério da Justiça", mas chama a atenção para o fato de que a competência da pasta "não se restringe às questões relativas à segurança pública".

Com mais de 40 anos de atuação nos tribunais, ex-secretário da Segurança de São Paulo e ex-presidente da OAB-SP, Mariz chegou a ser cotado para assumir a pasta quando Michel Temer assumiu à Presidência, em 2016, mas acabou ficando de fora porque já havia atuado na Lava Jato como defensor. Ele afirma que a agenda contra o crime, para ter legitimidade, "tem de estar ao lado da agenda em defesa dos direitos e das garantias previstas na Constituição".

"Se assim não for, a ação do Ministério da Justiça se transformará em meramente repressiva, punitiva, própria da atuação policial, e não de um ministério comprometido com a ordem jurídica e com o estado de

direito", afirma o advogado.

Moro aceitou na quinta-feira passada o convite do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para assumir o superministério da Justiça, que vai absorver as atividades do Ministério da Segurança.

"O juiz Sérgio Moro reúne amplas condições para assumir o Ministério da Justiça", considera Mariz. "Preparado juridicamente, foi um juiz extremamente operoso e trabalhador. No entanto, preocupou-me sua fala no sentido de que sua agenda será marcada pelo combate à corrupção e ao crime organizado."

O criminalista afirma que, "em primeiro lugar, ele (Moro) deve lembrar que a competência do Ministério da Justiça é ampla, não se restringe às questões relativas à segurança pública".

"Outras questões existem, como a dos índios, a questão fundiária, a questão penitenciária, fronteiras, entre outras." Para ele, a agenda tem de seguir a "defesa dos direitos e das garantias previstas na Constituição".

"Cadeia, por si só, não resolverá", afirma o criminalista.

/F.M.

04 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo prevê protagonismo maior

Para ministros, Corte será mais acionada para solucionar conflitos que envolvam 'bandeiras' defendidas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro

Rafael Moraes Moura

BRASÍLIA

Beatriz Bulla

CORRESPONDENTE / NOVA YORK

A chegada do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) ao Palácio do Planalto não representa um risco à democracia, mas fará o Supremo Tribunal Federal (STF) ganhar um protagonismo ainda maior nas discussões do País, avaliam ministros ouvidos pelo Estado. A expectativa é de que as eventuais "fricções" com outros Poderes devem aumentar na defesa de direitos de minorias e em temas como redução da maioridade penal, posse de armas e voto impresso.

Ao mesmo tempo, a aposta é de que a Corte também fique mais unida e recorra ao princípio de colegialidade para solucionar conflitos em tempos turbulentos. Os sinais desta unidade já vieram na quarta-feira passada, na primeira sessão plenária do STF depois do segundo turno das eleições, quando, por unanimidade, o tribunal defendeu a liberdade de expressão nas universidades e deu recados contra censura, ameaças de silenciamento da oposição e a repressão de policiais.

O Estado ouviu sete ministros do STF ao longo dos últimos dias para traçar cenários da futura relação entre Bolsonaro e a Suprema Corte. Dentro do tribunal, magistrados elogiaram o que chamaram de tom mais moderado do discurso do parlamentar após a vitória, mas apontam que as instituições – o STF e o Ministério Público – serão ainda mais testadas em um cenário político marcado pelo radicalismo.

“O STF tem exercido ao longo de todos esses anos uma função contramajoritária, o que nada mais significa a atuação do STF para neutralizar eventuais abusos das maiorias contra as minorias. A maioria se legitima pelo voto popular, mas não tem o direito de oprimir minorias e o STF tem sido muito claro no exercício da sua jurisdição constitucional”, disse Celso de Mello.

“Não vejo riscos à democracia, mas eu acho que é importante sempre relembrar o passado histórico do Brasil, os períodos em que prevaleceram tempos sombrios e sinistros em nosso País. A advertência é necessária para que as presentes e futuras gerações não se esqueçam do nosso passado histórico e não voltem a incidir naquelas situações”, completou o decano.

O ministro Marco Aurélio Mello disse que também não vê ameaças ao regime democrático com a chegada de Bolsonaro, mas ressaltou que o País vive “tempos estranhos” e espera “que eles não se agravem”. “O Supremo é o guarda da Constituição, e quanto ao próximo governo, desejo que seja repleto de êxito a partir do que está estabelecido na ordem jurídica e visando o melhor para o Brasil”, disse.

Para um terceiro integrante da Corte, que pediu para não ser identificado, o “STF não pode se dobrar” e tem de mostrar “altivez” na garantia de direitos fundamentais de minorias, como índios e quilombolas. Segundo o magistrado, se Bolsonaro fizer tudo que falou ao longo da campanha, o STF “terá de colocar um freio”.

Na avaliação de um outro ministro, a gestão do próximo mandatário terá muita bravata e corre o risco de se tornar uma espécie de governo “ioiô”, que fala uma coisa e volta atrás – com o STF sendo chamado a toda hora para arbitrar conflitos. Para esse magistrado, é indispensável que Bolsonaro monte uma boa equipe na área jurídica para não “cometer absurdos”.

Oposição. Outro fator considerado por ministros é a perspectiva de que o PT, como oposição a Bolsonaro, provoque de forma frequente o STF a se manifestar sobre projetos de lei em andamento ou emendas aprovadas. A avaliação de integrantes da Corte é que a reforma da Previdência, por exemplo, não enfrentaria resistência, com os ministros sensíveis à necessidade de repensar o sistema previdenciário. Outras, no entanto, como a redução da maioridade penal, podem enfrentar problemas.

Há ministros que vislumbram ainda que a ampliação da posse e do porte de armas, uma das promessas de campanha de Bolsonaro, também será imediatamente levada ao STF, pois o tema já passou por consulta popular em 2005.

CONTINUA

04 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Toffoli. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, tem adotado um discurso de pacificação e propõe um pacto com os Três Poderes. Apesar da perspectiva de ministros sobre a maior atuação da Corte, Toffoli quer tirar o protagonismo do Judiciário, como anunciou em Nova York na quinta-feira. “É necessário que, com a renovação democrática ocorrida nas eleições, a política volte a liderar o desenvolvimento nacional. Passamos por vários anos com o Judiciário sendo protagonista, é necessário restaurar a confiança da política”, disse. O presidente da Corte tem encontro marcado com Bolsonaro nesta semana.

Na prática, contudo, o eventual tensionamento com o Supremo vai depender de quem Bolsonaro escalar para articular as relações do Palácio com a Corte e o Congresso. A função costuma ser exercida pela subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil. A avaliação é de que o articulador do governo precisará ter sensibilidade para saber quando as batalhas serão perdidas e evitar o acirramento entre os Poderes. /COLABORARAM AMANDA PUPO e TEO CURY

POSSÍVEIS CONFLITOS

● Redução da maioria penal

Bolsonaro é a favor da redução da maioria penal, hoje em 18 anos. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já foi aprovada na Câmara e está pronta para ser votada no Senado.

● Imunidade para policiais

O presidente eleito propõe que policiais que agirem em legítima defesa não respondam criminalmente em caso de confrontos com suspeitos.

● Voto impresso

Durante toda a campanha, Bolsonaro defendeu a adoção do voto impresso, com o argumento de que a medida evitaria o risco de fraudes. Em junho deste ano, o STF decidiu por 8 a 2 suspender a implantação do voto impresso nas eleições, atendendo a um pedido feito pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

● Posse de armas

Novo governo quer a flexibilização do Estatuto do Desarmamento e do porte de armas para a população. No final do ano passado, o ministro Edson Fachin negou pedido de associações de magistrados para suspender a exigência de comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para que juízes possuam armas de fogo.

04 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

STF deve encerrar ano sem julgar Bolsonaro

As ações penais em que Jair Bolsonaro (PSL) é réu por injúria e incitação ao crime de estupro por ofender a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) devem ser analisadas apenas depois do mandato do futuro presidente da República, avaliam integrantes do STF. O relator dos processos é o ministro Luiz Fux, que ainda precisa liberá-los para a revisora, ministra Rosa Weber, e só então o julgamento teria a data marcada. O caso está na Primeira Turma do STF, que realiza só mais sete sessões antes do início do recesso do tribunal, em 20 de dezembro.

● **Restrição.** A Constituição proíbe que o presidente da República seja responsabilizado por atos anteriores ao mandato. Depois que Bolsonaro assumir o comando do Planalto, em 1.º de janeiro de 2019, esses processos devem ser suspensos até o final do governo.

● **Com a palavra.** O caso Maria do Rosário chegou ao STF em dezembro de 2014. Procurado pela reportagem, o gabinete de Fux informou que os processos “estão sendo instruídos e serão colocados na pauta obedecendo à regra da ordem cronológica”.

A SEMANA

Terça-feira, 6

Sérgio Moro convoca coletiva de imprensa em Curitiba

O futuro superministro da Justiça conversa com jornalistas após ser escalado para a equipe de governo de Jair Bolsonaro.

Floriano de Azevedo Marques, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)

'Decisão do STF garante a democracia'

Diretor de Faculdade de Direito diz que Judiciário deve coibir a violência na política e defende quarentena para juízes

Marcelo Godoy

Diretor da mais antiga faculdade de Direito do País, a do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), e professor de Direito Administrativo, Floriano de Azevedo Marques Neto decidiu autorizar um grupo de estudantes a fixar uma faixa contra o fascismo no interior das arcadas da instituição. Era véspera do segundo turno da eleição.

Não demorou muito e um carro da PM parou ao lado da universidade. Os policiais queriam a retirada da faixa alegando se tratar de propaganda eleitoral irregular. Azevedo Marques disse não. Afirmou que havia autorizado a manifestação e não via nada de irregular. Pouco depois, foi a vez de guardas civis de entrarem na faculdade querendo arrancar a faixa. Mais uma vez encontraram a resistência de Azevedo Marques.

Sem ordem judicial, nada feito. Nem a polícia entraria na faculdade nem a faixa seria retirada. O exemplo do diretor da São Francisco foi citado pelo ministro Alexandre Moraes no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) quando a Corte manteve a liminar que proibiu a entrada da polícia em ambientes acadêmicos e reafirmou as liberdades de cátedra, de expressão e reunião, postas em risco por decisões de juízes eleitorais que confundiram a propaganda partidária com o

QUEM É?

● Floriano de Azevedo Marques Neto é professor titular de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo, onde leciona desde 2002. Antes, foi professor de Direito Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É o diretor da faculdade, onde lecionam os ministros do STF Alexandre de Moraes (Constitucional) e Ricardo Lewandowski (Teoria do Estado).

debate de ideias e autorizaram ações nas universidades. Leia, a seguir, trechos da entrevista.

● Qual a importância dessa decisão do STF sobre as liberdades de expressão, de reunião e de cátedra nas universidades?

Ela é paradigmática. Os sistemas democráticos são baseados em duas verdades. A primeira é que quem ganha a eleição deve exercer o poder e tem legitimidade para adotar o seu programa. A segunda é que a vitória na eleição não autoriza passar por cima de certas garantias que são estruturantes dessas sociedades e uma delas, desde o século 19, é a liberdade de cátedra e pensamento. Não importa de onde venha essa ameaça, se do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário ou se ela é uma ameaça praticada por agentes estatais ou privados, como muito bem expôs o ministro Gilmar Mendes (*ao condenar a atitude da deputada eleita do PSL Ana Campagnolo, que criou um serviço de denúncia de professores*). Essa decisão do STF se reveste de grande importância em razão do momento, de ser unânime e da veemência dos votos. Ela é reconfortante.

● O senhor acredita que a decisão do Supremo fere de morte o projeto Escola sem Partido? Depende de como o projeto será. Se ele se limitar a vedar o proselitismo partidário e de um candidato, é uma coisa. Mas se for fazer triagem ideológica, não. O STF deixou claro isso nesta semana.

● O senhor foi citado no voto do ministro Alexandre Moraes nos debates no STF. Como foi o episódio na Faculdade do Largo São Francisco com a polícia?

Os alunos me pediram autorização para pendurar a faixa. Como ela não era partidária nem comprometia o próprio público, eu a autorizei. Pouco depois, recebemos a visita de uma guarnição da Polícia Militar que espontaneamente, dirigiu-se à faculdade. Disse-lhes (*aos policiais*) que não havia ilegalidade alguma na faixa, pois se tratava de livre manifestação de um pensamento que, no caso, defendia a democracia e combatia o fascismo. Eles forma embora. Pouco depois, apareceu por lá um grupo de guardas civis dizendo que a faixa não era permitida. Também afirmei que a havia autorizado e não havia violação alguma à lei. Em, na ausência de ordem judicial, ela permaneceria lá. Os aguardas foram embora. Foram cordiais, mas nos surpreendeu a espontaneidade das ações desses policiais.

CONTINUA

05 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● Outro fato repercutiu no mundo jurídico, a decisão de Sérgio Moro de aceitar o Ministério da Justiça. Como o senhor o analisa?

Não há nenhum impedimento legal à decisão do magistrado, desde que ele peça a exoneração. Mas essa decisão traz com ela algum risco de questionamento de isenção e imparcialidade, não pelo fato de ser juiz, mas pelo fato de ser um juiz importantíssimo em um processo que, inegavelmente, teve impacto na disputa eleitoral. A Lava Jato trouxe o combate à corrupção para o centro do debate. Creio que ele foi imprudente. E digo isso de forma tranquila, pois o próprio juiz Moro disse ao Estado que não aceitaria migrar para a política, pois não queria contaminar sua judicatura. Em relação ao País, no entanto, eu fico confortável. O juiz Moro tem uma biografia a zelar e pode ser até um parâmetro de contenção de medidas pouco conformes à Constituição que eventualmente estivessem sendo cogitadas.

● Seria necessário aprimorar a lei e estabelecer uma quarentena para juízes e procuradores? A quarentena é uma medida de profilaxia institucional para evitar, não a falta de isenção na condução, mas para a proteção da ação dos agentes públicos no exercício da função das críticas e suspeições posteriores. A quarentena se aplicaria para a migração a cargos executivos e às candidaturas.

● Que consequências da campanha eleitoral preocupam o senhor para o futuro?

Tem uma claramente: a violência como vetor de ação política. Clausewitz dizia que a guerra é a política por outros meios. Eu diria que a política é negação da guerra. E a violência não é instrumento de ação política. Preocupou-me muito que no debate eleitoral a violência concreta ou simbólica tenha ocupado o lugar do debate político. O Judiciário deve coibir quem age com violência, demonstrando que a violência, em quaisquer de suas manifestações, em uma sociedade democrática não é tolerada: é crime.

● Rumamos para a pacificação?

Quero crer que sim. O discurso do governo eleito caminha para isso. Acho que a nomeação do ministro Moro pode ter todas as críticas, mas caminha nesse sentido. O País só tem chance de sucesso se caminhar para a pacificação. Os exemplos históricos da escolha da violência são de destruição de países. Teremos um País com divergência, debate e antagonismo, mas sem violência retórica ou física.

05 NOV 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Cuidado com as dez medidas

O Senado acaba de unificar a tramitação de dois projetos de lei referentes às dez medidas anticorrupção patrocinadas por procuradores ligados à Lava Jato, em Curitiba, encaminhando-os à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os dois projetos versam sobre assuntos muito variados e exigem do Congresso especial cuidado na hora de avaliá-los. Em alguns pontos, sob o pretexto de combater a corrupção e a impunidade, eles preterem importantes garantias individuais.

Por óbvio, é louvável a finalidade de aprimorar a legislação penal e processual penal para combater de forma mais eficiente condutas de mau uso do dinheiro público. No entanto, nesses projetos há pontos que, em vez de melhorar, distorcem o ordenamento jurídico. Seus excessos são incompreensíveis, já que os dois projetos foram elaborados a partir de propostas de membros do Ministério Público, funcionários públicos que têm a missão de guardiões da lei. Exacerbam, assim, uma única perspectiva do processo penal – a da acusação –, sendo necessário que o Legislativo estabeleça um melhor equilíbrio. Um processo penal que confira excessivo poder ao Ministério Público, com amplas e indefinidas margens de atuação, exporia o cidadão a abusos e atropelos do Estado.

Nas medidas anticorrupção, o Ministério Público propõe a

extinção ou o aumento de prazos prescricionais, além da previsão de mais causas de interrupção para a contagem dos prazos. Em tese, isso aumentaria as possibilidades de o Estado punir crimes, já que haveria mais tempo para investigar denúncias e executar penas. Na prática, mantém o cidadão, criminoso ou não, sob interminável ameaça, o que viola direitos básicos.

A proposta trata a prescrição como se fosse instrumento de impunidade, o que não corresponde aos fatos. A prescrição é um estímulo para o Estado cumprir com diligência seu dever de investigar crimes e julgar réus. Sem a prescrição – ou se os prazos fossem tão longos que, na prática, não impelíssem o poder público a agir –, muitos crimes ficariam sem solução, já que quanto mais se tarda para investigar, mais remota é a probabilidade de encontrar provas para instruir adequadamente o processo penal.

Além disso, a prescrição é uma garantia da sociedade e dos indivíduos ante o Estado. Se não existissem prazos para a duração do inquérito ou do processo penal, os cidadãos poderiam ficar a vida inteira na condição de réus, sujeitos aos graves prejuízos que essa situação comporta.

O Ministério Público almeja ainda assegurar o uso, em alguns casos, da prova ilícita. Como alegou o relator do Projeto de Lei 147/2016, “a lei em vigor conceitua provas ilícitas como sendo ‘as obtidas em violação a

normas constitucionais ou legais’. O conceito é por demais amplo e permite a anulação de provas (o sepultamento de grandes operações policiais de combate ao crime ou de complexas ações penais em fases avançadas ou até mesmo já julgadas)”. Ora, não há nada de amplo ou impreciso no atual conceito de prova ilícita – ilícito é tudo aquilo que viola as normas legais. E, naturalmente, o que é ilegal não pode ser usado no processo penal.

É sintomático que, nos dois projetos de lei, o aumento do rigor da lei seja dirigido apenas a um dos lados. Quando diz respeito ao Ministério Público, ele deseja tolerância com ações que extrapolam os limites legais. Tal desequilíbrio é um contrassenso – a lei deve vigorar igualmente para todos.

Nas duas propostas, o conceito de corrupção adquire contornos muito amplos e vagos. Para garantia da liberdade dos cidadãos, a lei penal deve ser precisa – tecnicamente exata –, de forma que não haja dúvidas sobre quais condutas configuram crimes e quais são lícitas.

O Congresso não deve ter receio de fazer as mudanças necessárias para aprimorar os projetos, tolhendo os abusos. A Câmara e o Senado não podem se tornar reféns de interesses corporativos do Ministério Público, como se toda alteração nas propostas significasse conluio com a impunidade. O respeito às competências do Legislativo é parte essencial do Estado Democrático de Direito.

03 NOV 2018

GAZETA DO POVO

04 NOV 2018

* "SUPERMINISTRO"

O inimigo agora é outro

Depois de 215 condenações a 140 pessoas na operação Lava Jato, o juiz Sergio Moro terá, além de combater a corrupção, o desafio de reduzir a criminalidade em todo o país

Fernando Martins

● A indicação do juiz Sergio Moro para o Ministério da Justiça e Segurança Pública do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) desde já cria a expectativa de implantação de uma forte agenda de combate à corrupção — a área que o tornou conhecido nacionalmente com a Operação Lava Jato. Mas Moro também terá outras batalhas não menos importantes que ele terá de enfrentar, tal como a redução dos índices de criminalidade. A Gazeta do Povo elencou cinco grandes desafios que Moro vai enfrentar como ministro de Bolsonaro.

A expectativa do brasileiro é de que o governo de Bolsonaro consiga reduzir os índices de criminalidade. E essa tarefa caberá a Sergio Moro.

1

Aprovar no Congresso medidas de combate à corrupção. E impedir desvios dentro do governo

Sergio Moro é um defensor do projeto de lei das Dez Medidas de Combate à Corrupção — conjunto de mudanças na legislação propostas pela força-tarefa da Lava Jato para facilitar investigações e dificultar a ocorrência de novos casos de desvios de recursos públicos. A força-tarefa considera que, sem essas alterações na lei, a Lava Jato será “um ponto fora da curva” — como costumam dizer os investigadores.

A aprovação desse projeto no Congresso — ou de outro mais novo, que traz 70 medidas anticorrupção — possivelmente é a principal motivação de Moro para assumir o Ministério da Justiça. É emblemático, nesse sentido, o livro que o juiz carregou consigo na viagem de Curitiba ao Rio de Janeiro para visitar Bolsonaro: um compilado das Novas Medidas Contra a Corrupção.

O presidente eleito, durante a campanha, já havia prometido resgatar as Dez Medidas. Portanto, Moro terá apoio de Bolsonaro para propor um pacote anticorrupção. O problema poderá estar no Congresso. As Dez Medidas foram completamente desvirtuadas em votação na

Câmara em dezembro de 2016. Aliás, uma Câmara que, a partir de 2019, será composta por 48% de deputados que estavam naquela votação (a taxa de renovação nas eleições deste ano foi de 52%).

Além disso, Bolsonaro vem afirmando que não vai “lotear” os ministérios entre os partidos para ter apoio no Congresso. Como esse tem sido o *modus operandi* da política brasileira desde a redemocratização, em 1985, é possível que haja resistência para aprovar leis enviadas pelo Planalto. Especialmente se elas afetarem os interesses pessoais dos parlamentares.

Há ainda outro desafio que Moro terá de cumprir mesmo que consiga aprovar mudanças na legislação: evitar a corrupção dentro do governo Bolsonaro. Afinal, Moro será o chefe da Polícia Federal. Ele também terá de dar respostas rápidas se ocorrerem casos dessa natureza. Eventualmente, isso poderá causar atritos políticos que podem ameaçá-lo no cargo.

O juiz da Lava Jato também corre o risco de virar uma espécie de escudo de Bolsonaro diante da opinião pública contra desvios de conduta que venham a ocorrer dentro do governo. Ou seja, o futuro presidente teria crédito com a população ainda que ocorra uma “corrupção menor” no Planalto: os eleitores “perdoariam” o pecado pequeno em nome da causa maior.

CONTINUA

2

Reduzir os índices de criminalidade

O Brasil passa por uma escalada da violência: em 2017, foram 62,5 mil assassinatos no país; 175 por dia, em média. Nesse cenário, as promessas de campanha de Bolsonaro de promover uma “guerra” contra o crime foram uma das principais razões para ele ter sido eleito. A expectativa do brasileiro, portanto, é de que seu governo consiga reduzir os índices de criminalidade. E essa tarefa caberá a Sergio Moro.

Um primeiro problema para o juiz cumprir sua missão é que, embora o Ministério da Justiça e Segurança seja responsável pela Polícia Federal (PF), as ações de combate ao crime cotidiano são eminentemente de atribuição dos estados, por meio das polícias Militar e Civil. Moro poderá coordenar ações articuladas com os governadores para implantar uma política nacional de segurança. Essa integração entre União e estados vem sendo tentada por vários ministros da Justiça há tempos.

Bolsonaro e seus assessores deram a entender que as Forças Armadas terão uma participação maior no combate ao crime em seu governo — o que poderá dar à União uma maior presença nas ações de segurança e a possibilidade de melhorar os índices de segurança. Os militares, contudo, são receosos em ampliar sua participação nesse tipo de atividade. E ainda é incerto se eles vão topar essa empreitada.

Moro, na coordenação da política nacional de segurança pública, também

será responsável pela “guerra” ao crime proposta por Bolsonaro. Não está claro que medidas incluem essa “guerra”, mas especialistas alertam que o endurecimento ao combate ao crime, se formal planejado, podem levar o Brasil a repetir o mau exemplo do México. O governo mexicano militarizou o combate ao crime e endureceu a repressão. Mas o crime organizado respondeu com ações ainda mais violentas, e isso aumentou as taxas de criminalidade.

Como ministro, Moro também possivelmente terá de trabalhar pela aprovação no Congresso do polêmico pacote de medidas de combate ao crime proposto por Bolsonaro durante a campanha eleitoral: facilitação do porte de armas; redução da maioria penal; endurecimento das penas previstas no Código Penal; extinção do regime de progressão de pena; fim dos “saídos” de detentos em datas festivas (Natal, Dia das Mães, etc.); criação do excludente de ilicitude (garantia legal de que policiais não serão processados por mortes em confrontos com bandidos).

3

Vencer a guerra da comunicação que pode enfraquecer a Lava Jato

Como ministro da Justiça e da Segurança do governo Bolsonaro, Moro terá às mãos instrumentos institucionais para fortalecer o combate à corrupção. Mas, ao aceitar o convite do “antipetista” Bolsonaro, o juiz deu munição aos que acusam a Lava Jato de ter motivação política. Isso abriu um

flanco na “batalha de narrativas” que pode levar ao enfraquecimento da Lava Jato diante de parte da opinião pública e do Judiciário.

Portanto, um dos primeiros desafios de Moro como ministro, já antes de tomar posse, será vencer a “guerra da comunicação” para não colocar em risco a sua própria reputação e a imagem da operação que ele ajudou a construir.

A defesa de Lula, por exemplo, irá usar a nomeação de Moro ao ministério para alegar a suspeição do juiz e para tentar anular a condenação do ex-presidente. O PT também já fala em recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para soltar Lula. A pressão internacional feita pelo partido contra a Lava Jato, em organismos como o Comitê de Direitos Humanos da ONU e na imprensa estrangeira, tende a crescer.

Também é muito provável que outros acusados pela Lava Jato tentem colocar toda a operação sob suspeita de direcionamento político. Eventualmente poderão ter sucesso se as cortes superiores forem convencidas desses argumentos.

Por outro lado, Moro entra no ministério de um presidente que acabou de se eleger com 55% dos votos válidos e que conta com grande aprovação popular para combater a corrupção. Isso poderá ajudá-lo a ter o respaldo necessário para fazer com que operações como a Lava Jato não sejam uma exceção. O juiz da Lava Jato inclusive escreveu um artigo em 2004 em que afirmava que o apoio da opinião pública é essencial para que operações de combate à corrupção tenham êxito.

CONTINUA

4

Resolver a crise dos refugiados venezuelanos

No Brasil, o ministro da Justiça é responsável por qualquer assunto relacionado com estrangeiros, como a imigração. Esse não costumava ser um problema notável até pouco tempo atrás. Mas, nos últimos anos, o país começou a receber grandes levas de imigrantes. Num primeiro momento, foram os haitianos. Depois, sírios. E mais recentemente, venezuelanos fugindo do caos político, econômico e social que tomou conta do país.

Caberá a Moro dar uma resposta à questão dos venezuelanos, que se transformou num grande problema sobretudo para Roraima — a porta de entrada dos refugiados no Brasil. O estado não tem conseguido dar conta de moradia, saúde, trabalho e segurança para os milhares de imigrantes (o governo estima que 128 mil venezuelanos entraram no Brasil por Roraima até agora, dos quais 69 mil já foram embora). O resultado disso tem sido conflito: há relatos de roubos praticados por venezuelanos e já houve casos de assassinatos de refugiados por brasileiros em Roraima.

Moro corre risco de sofrer desgaste com essa atribuição. Há uma pressão internacional para que o Brasil acolha refugiados. Por outro lado, internamente cresce a rejeição a eles. Não se sabe a posição pessoal do juiz da Lava Jato sobre o assunto. Mas Bolsonaro, em 2015, causou polêmica ao se referir a imigrantes haitianos,

senegaleses, iranianos, bolivianos e sírios como “escória do mundo” — indicando uma tendência anti-imigração.

5

Fazer tudo isso num cenário de falta de dinheiro

O governo federal deve fechar 2018 com um rombo orçamentário de cerca de R\$ 141 bilhões, segundo o levantamento “Prisma Fiscal”, divulgado pelo Ministério da Fazenda em outubro. Para o ano que vem, a expectativa é de melhora do cenário. Ainda assim, a previsão é de que faltarão R\$ 117 bilhões para fechar as contas. E a estimativa é de que, se tudo der certo, o país só voltará a ter superávit em 2022 — último ano da gestão de Bolsonaro.

Mas o futuro superministro da Economia, Paulo Guedes, disse ser factível zerar o rombo ainda em 2019. Para fazer isso, inevitavelmente será necessário fazer cortes profundos de gastos. E o Ministério da Justiça e Segurança pode, eventualmente, sofrer restrições orçamentárias.

Para que não tenha dificuldades de fazer investimentos no combate ao crime e à corrupção, bem como para as demais atribuições do superministério, Moro precisará que Bolsonaro preserve as verbas para a pasta. Especula-se que o assunto tenha sido tratado na reunião que o presidente eleito e o juiz tiveram na última quinta (1.º).

GAZETA DO POVO

03 NOV 2018

PAIXÃO

04 NOV 2018



03 NOV 2018
04 NOV 2018

GAZETA DO POVO

AMPLIAÇÃO

André Rodrigues/Gazeta do Povo



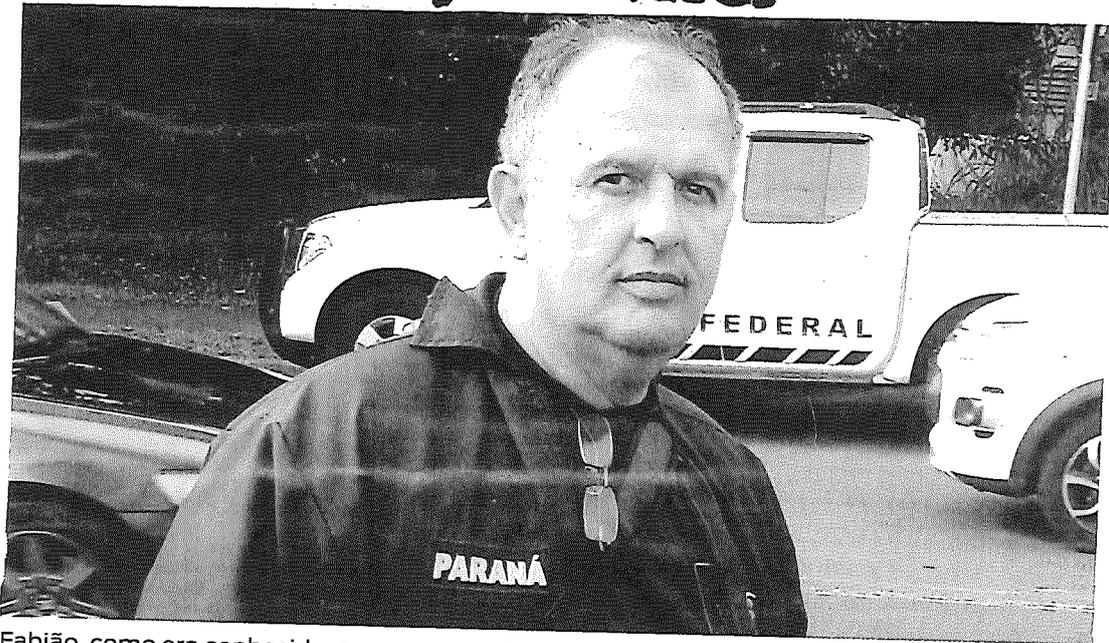
Ministério Público ganha novo prédio

● Um prédio espelhado, de 16 mil metros quadrados, é a nova sede do Ministério Público do Paraná, em Curitiba. O imóvel na rua Marechal Hermes, 820, passa a abrigar a parte da estrutura que hoje está no prédio ao lado do Museu Oscar Niemeyer (MON). Uma passagem subterrânea foi construída para ligar as duas sedes - a recém-construída e a que já existia - no Centro Cívico. A obra começou no início de 2014 e custou R\$ 56,8 milhões. O novo prédio abriga Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral, Conselho Superior do Ministério Público, Subprocuradoria-Geral de Assuntos Jurídicos e gabinetes de procuradores de Justiça, além da Comunicação e do Cerimonial.

Fachin suspende investigação de Temer

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na quarta-feira (31) suspender temporariamente a investigação do presidente Michel Temer em inquérito no qual delatores da Odebrecht apontam que integrantes do grupo político liderado por ele, pelo chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e pelo ministro das Minas e Energia, Moreira Franco, teriam recebido recursos ilícitos da empreiteira. Esses recursos seriam contrapartida ao atendimento de interesses da empresa pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) da Presidência da República - pasta que foi comandada pelos dois ministros entre 2013 e 2015. O pedido de suspensão foi formulado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que apontou que a Constituição proíbe que o presidente seja denunciado por atos anteriores ao mandato.

Obituário
Fábio Luiz dos Santos:
A cara da segurança da
Justiça Federal



Fabião, como era conhecido, era encarregado da segurança de ministros e juízes, entre outros.

Marina Pilato

● O equilíbrio entre a seriedade e a gentileza. Fábio Luiz dos Santos, morto em outubro aos 59 anos, era definido assim pelos colegas da Justiça Federal do Paraná, onde trabalhava havia 35 anos como supervisor da Seção de Segurança. Por ser responsável por garantir a proteção dos servidores e magistrados, cuidar de praticamente todas as ações de segurança no local e pela dedicação ao cargo, Fabião, como era conhecido, era a cara da Justiça Federal.

Quando estava sendo organizada alguma audiência, depoimento ou evento especial, era Fábio a primeira pessoa a chegar no local e estudar com cuidado as possibilidades estruturais em rela-

ção à segurança a fim de medir o aparato que precisaria levantar para que todos os envolvidos realizassem seus afazeres sem correr qualquer perigo. Quando ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Edson Fachin ou Gilmar Mendes, vinham para Curitiba, era a ele que recorriam, já que era encarregado de toda a estratégia não só de segurança, mas de transporte dos magistrados. Estava sempre presente no cumprimento de mandados em regiões de risco e quando as atividades de juízes e servidores apresentavam maior risco ou necessidade de proteção reforçada.

No período em que a sede da Justiça Federal em Curitiba, no bairro Santa Cândida, se tornou o segundo lar de muitos jornalistas

que cobriam a Operação Lava Jato, não foi só entre si que o grupo de profissionais da mídia estreitou laços. Fabião virou companheiro de muitos cinegrafistas e fotógrafos que passavam horas à espera de notícia recém-saída do forno. Após seu falecimento, muitos dos que acompanhavam essa rotina lamentaram sua morte e lembraram da delicada imposição de respeito que ele praticava no trabalho.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 NOV 2018

04 NOV 2018

“Ele mostrava que não precisa deixar de ser decente, educado e amoroso para que você exerça seu papel. Equilibrava o lado da seriedade e da distância com o da proximidade do cuidado e da gentileza. Foi um paizão para muita gente, ouvia e dava conselhos com base na sua grande experiência de vida”, relembra a jornalista Christianne Machiavelli, ex-assessora de imprensa da Justiça Federal na cidade. Em um período em que todas as atenções estavam voltadas para Curitiba, Fábio cumpriu sua função de extrema confiança com desempenho que lhe rendia elogios pelo país todo, fazendo com que a equipe fosse considerada uma das melhores do Brasil.

Mas nem só de trabalho vivia Fabião, que não perdia um jogo do seu time do coração, o Coritiba — ou mesmo do Paraná, clube com o qual também era envolvido — e passava os horários de almoço lendo as páginas esportivas de jornais locais. Além disso, nas horas vagas não dispensava um bom jogo de cartas ou a companhia da família e dos cachorros.

Participou de momentos marcantes da história da JFPR — fez parte da maior fatia da história dela, desde a reinstalação, há 50 anos — como a greve dos servidores do Judiciário em 2015 e o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Curitiba. Os colegas brincavam que era possível escrever um livro com tudo o que Fabião já havia vivido e visto na Justiça. Discreto e prezando sempre pela imagem de quem ele assegurava a segurança, ria e desconversava. ●

05 NOV 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF-5 confirma censo de 2010 para repasse do Fundo de Participação dos Municípios

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento a um agravo de instrumento do IBGE, determinando que seja utilizado o censo demográfico realizado em 2010 para o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) à cidade de Sairé, em Pernambuco.

O município tinha pedido a aplicação do cálculo de habitantes do ano de 2017, em ação na 37ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco contra a União Federal e o IBGE.

O objetivo era suspender parcialmente os efeitos da resolução e do Acórdão 2606/2017 do Tribunal de Contas da União no que se referia à estimativa populacional do município até a solução do mérito da demanda, aumentando, assim, o coeficiente de repartição dos valores do fundo.

Em liminar, o juízo de primeira instância estabeleceu a suspensão parcial pedida e determinou que a União efetuasse o pagamento da cota do FPM, levando em conta o cálculo e a estimativa vigente no exercício de 2017. Mas o IBGE recorreu da decisão ao TRF-5.

O relator do caso, desembargador federal Carlos Rebêlo, acatou a tese do Instituto por considerar que “o censo demográfico de 2010 não apresentou falhas e/ou omissões que implicaram o enquadramento do Município agravado, no ano de 2018, em faixa de habitantes cujo coeficiente para fins de repartição do FPM - Fundo de Participação dos Municípios é menor do que o devido (0,6 e não 0,8)”.

Entidade de professores questiona no STF adiamento de reajuste

A Medida Provisória que adiou o reajuste de professores federais está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal. A Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes – Federação) entrou com ação contra dispositivos da MP 849/2018, que adiou para 2020 a implementação do reajuste salarial dos professores federais que estava prevista para 2019. Na ação, a entidade de classe afirma que a suspensão dos reajustes dos docentes federais, prevista nos artigos 26, 31 e 32 da MP 849/2018, viola a garantia constitucional do direito adquirido. Ela foi estabelecida por lei (Lei 12.772/2012 combinada com a Lei 13.325/2016 e Leis 11.784/2008 e 12.800/2013), e, embora ainda não tenha sido colocada em prática, não poderia ser alterada por norma posterior.

A entidade também argumenta que em 2017 foi editada a MP 805/2017 com basicamente o mesmo objeto da MP 849/2018, cuja eficácia foi suspensa pelo ministro Ricardo Lewandowski, e que a previsão afronta ainda os princípios da irredutibilidade de vencimentos e da segurança jurídica.